

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	12
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	13

Demonstração do Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	15
--------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	84
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	85
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	86
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	88
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	89

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
Total	86.371
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/08/2018	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,61984

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	57.826.144	54.046.937
1.01	Ativo Circulante	21.672.134	22.276.591
1.01.01	Disponibilidades	101.607	161.518
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.160.630	12.931.084
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	12.948.148	12.787.577
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Infanceiros	212.482	143.507
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.369.903	2.335.215
1.01.03.01	Carteira Própria	789.454	1.458.959
1.01.03.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	0	876.256
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros derivativos	580.449	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	616.113	517.430
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	47.997	8.155
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	566.374	506.318
1.01.04.03	Correspondentes	1.742	2.957
1.01.05	Relações Interdependências	0	84
1.01.06	Operações de Crédito	4.101.781	4.183.701
1.01.06.01	Setor Público	184.476	186.731
1.01.06.02	Setor Privado	4.442.878	4.489.435
1.01.06.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-525.573	-492.465
1.01.08	Outros Créditos	2.299.466	2.115.657
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	1.015.405	885.164
1.01.08.02	Rendas a Receber	21.699	16.480
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	12	12
1.01.08.04	Diversos	1.270.701	1.219.789
1.01.08.05	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-8.351	-5.788
1.01.09	Outros Valores e Bens	22.634	31.902
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	14.701	14.649
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-617	-620
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	8.550	17.873
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	35.982.325	31.585.567
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	29.130.638	24.524.324
1.02.02.01	Carteira de Câmbio	27.750.077	23.665.336
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	941.493	3.091
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros e Derivativos	0	426.513
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	439.068	429.384
1.02.03	Relações Interfinanceiras	68.582	66.639
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	68.582	66.639
1.02.05	Operações de Crédito	4.718.930	4.915.752
1.02.05.01	Setor Público	519.767	1.041.162
1.02.05.02	Setor Privado	4.396.307	4.327.186
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-197.144	-452.596
1.02.07	Outros Créditos	2.064.175	2.078.852
1.02.07.01	Diversos	2.091.872	2.106.090
1.02.07.02	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-27.697	-27.238

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1.03	Ativo Permanente	171.685	184.779
1.03.01	Investimentos	1.591	1.591
1.03.01.04	Outros Investimentos	6.877	6.877
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.286	-5.286
1.03.02	Imobilizado de Uso	150.147	163.240
1.03.02.01	Imóveis de Uso	169.752	169.752
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	107.132	107.132
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	277.551	277.150
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-404.288	-390.794
1.03.04	Intangível	19.947	19.948
1.03.04.01	Ativos Intagíveis	19.947	19.948

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	57.826.144	54.046.937
2.01	Passivo Circulante	17.034.430	21.632.803
2.01.01	Depósitos	6.296.602	5.410.955
2.01.01.01	Depósitos à Vista	238.300	239.932
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	2.255.666	2.277.515
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	1.464.841	1.548.266
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	2.337.795	1.345.242
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.045.419	983.405
2.01.02.01	Carteira Própria	931.606	876.278
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	113.813	107.127
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.333.153	184.357
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias Hipotecárias, Crédito e Similares	166.787	176.500
2.01.03.02	Obrigações para Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.166.366	7.857
2.01.04	Relações Interfinanceiras	37.619	317
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	37.619	317
2.01.05	Relações Interdependências	21.854	5.660
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	4.648	5.660
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	17.206	0
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	1.048.962	951.482
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	1.048.962	951.482
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	133.429	161.679
2.01.07.01	Tesouro Nacional	193	187
2.01.07.02	BNDES	114.604	142.072
2.01.07.03	FINAME	18.632	19.420
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	167.935	143.354
2.01.09	Outras Obrigações	6.949.457	13.791.594
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	83.879	1.453
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	29.726	9.318
2.01.09.03	Socias e Estatutárias	69.076	138.114
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	442.410	303.202
2.01.09.05	Negociação e Intermediação de Valores	153	153
2.01.09.06	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	3.952.054	10.913.835
2.01.09.07	Diversas	2.372.075	2.425.519
2.01.09.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	84	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	37.019.329	28.872.097
2.02.01	Depósitos	5.561.430	6.397.227
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	12.780	34.623
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	5.548.650	6.362.604
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	8.554	3.042
2.02.02.01	Carteira de Própria	8.554	3.042
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	67	1.004.912
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias Hipotecárias, Crédito e Similares	67	0
2.02.03.02	Obrigações para Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	0	1.004.912
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.119.424	1.358.892

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.07.01	Tesouro Nacional	275	263
2.02.07.02	BNDES	1.063.531	1.293.434
2.02.07.03	FINAME	55.618	65.195
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	491.625	491.871
2.02.09	Outras Obrigações	29.838.229	19.616.153
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	5.035	42.954
2.02.09.02	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	22.907.656	12.614.943
2.02.09.03	Dívidas Subordinada Elegíveis a Capital	2.282.604	2.205.468
2.02.09.04	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.000.000	1.000.000
2.02.09.05	Diversas	3.642.934	3.752.788
2.05	Patrimônio Líquido	3.772.385	3.542.037
2.05.01	Capital Social Realizado	2.844.000	2.844.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	11.592	11.769
2.05.03.01	Ativos Próprios	11.592	11.769
2.05.04	Reservas de Lucro	1.856.561	1.685.026
2.05.04.01	Legal	283.007	271.416
2.05.04.02	Estatutária	1.573.554	1.413.610
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-939.768	-998.758
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-939.768	-998.758

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.511.156	2.668.839	1.407.104	2.784.436
3.01.01	Operações de Crédito	490.578	931.527	470.334	949.780
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	681.689	1.348.547	848.565	1.764.113
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	171.161	156.219	42.307	8.952
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	161.532	220.038	39.948	62.507
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	6.196	12.508	5.950	-916
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.158.703	-1.960.395	-1.035.306	-2.157.368
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-352.904	-564.181	-307.150	-626.455
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-683.839	-1.172.069	-570.703	-1.154.511
3.02.03	(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	-121.960	-224.145	-157.453	-376.402
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	352.453	708.444	371.798	627.068
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-142.915	-271.778	-89.928	-338.090
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	631.802	1.216.959	604.864	1.189.286
3.04.02	Despesas de Pessoal	-479.530	-942.990	-460.646	-916.557
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-323.133	-632.692	-300.115	-597.357
3.04.04	Despesas Tributárias	-76.281	-153.252	-72.706	-147.801
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	381.910	947.577	364.837	854.079
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-277.683	-707.380	-226.162	-719.740
3.05	Resultado Operacional	209.538	436.666	281.870	288.978
3.06	Resultado Não Operacional	1.048	2.223	-547	-2.393
3.06.01	Receitas	2.386	5.451	889	1.707
3.06.02	Despesas	-1.338	-3.228	-1.436	-4.100
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	210.586	438.889	281.323	286.585
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-112.701	-237.051	-19.636	-33.627
3.09	IR Diferido	48.210	44.040	73.145	64.114
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-8.541	-14.060	-19.031	-19.031
3.10.01	Participações	-8.541	-14.060	-19.031	-19.031
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	137.554	231.818	315.801	298.041

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	1,59258	2,68392	3,65633	3,45071

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	137.554	231.818	315.801	298.041
4.02	Outros Resultados Abrangentes	21.320	59.167	-376.274	-292.390
4.02.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponível para Venda	-171.868	-105.968	-88.795	49.604
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação de Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	64.986	38.087	35.943	-18.946
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	0	322	964	2.955
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	-145	-434	-1.293
4.02.05	Ganhos ou Perdas Atuariais	187.105	186.480	-323.952	-324.710
4.02.06	Efeito Tributário sobre a Ganhos ou Perdas Atuariais	-58.903	-59.609	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	158.874	290.985	-60.473	5.651

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.941.592	4.866.596
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.187.834	1.339.745
6.01.01.01	Lucro Líquido/Prejuízo do Período	231.818	298.041
6.01.01.02	Despesa de Depreciação e Amortização	15.234	20.215
6.01.01.03	Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	-2	11
6.01.01.04	Provisão Líquida para Créditos de Liquidação Duvidosa	218.917	275.342
6.01.01.05	Provisão Líquida para Outros de Liquidação Duvidosa	5.228	101.060
6.01.01.06	Provisão Líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FNE)	405.582	390.384
6.01.01.07	Provisão Líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FDNE)	2.782	75
6.01.01.08	Provisão Líquida para Contingências	27.709	16.396
6.01.01.09	Provisão Líquida para Outras Contingências	24.842	6.808
6.01.01.10	Passivos Atuariais Benefícios Pós Emprego	128.824	99.452
6.01.01.11	Provisão Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	61.451	45.018
6.01.01.13	Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	17.091	26.012
6.01.01.14	Ativos Fiscal Diferido	44.040	64.115
6.01.01.15	Reversão de Provisão para Perdas em Crédito Vinculados ao SFH	-47	-11.706
6.01.01.16	Atualização de Instrumentos de Dívida Elegível a Capital	4.365	8.522
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.753.758	3.526.851
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-75.660	-455.586
6.01.02.02	Relações Internfinanceira e Interdependência	-46.998	-217.544
6.01.02.03	Operações de Crédito	59.826	708.635
6.01.02.04	Outros Créditos	-62.925	-87.754
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	9.294	9.314
6.01.02.06	Depósitos	32.759	331.131
6.01.02.07	Captação no Mercado Aberto	67.525	23.197
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	143.952	-68.896
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-145.903	-265.231
6.01.02.10	Intrumentos Financeiros Derivativos	-153.853	-26.745
6.01.02.11	Outras Obrigações	3.131.447	3.678.408
6.01.02.12	Reserva de Reavaliação	0	407
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-198.783	-93.348
6.01.02.14	Ajustes de Exercícios Anteriores	-6.923	-9.137
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.557.111	-4.179.207
6.02.01	Inversões em Investimentos	0	-3
6.02.02	Inversões em Imobilizado de Uso	-3.229	-17.184
6.02.04	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-66	-399
6.02.05	Alienação(Baixa) de imobilizado de Uso	1.088	6.655
6.02.06	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	43	15
6.02.07	Títulos e Valores Mobiliários Disponível para Venda	-3.554.947	-4.168.291
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-290.507	-282.949
6.03.01	Dividendos e Bonificações Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-93.669	-69.021
6.03.02	Pagamento de Juros sobre Instrumentos de Dívida Elegível a Capital	-196.838	-213.928

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	93.974	404.440
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.841.968	9.429.229
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.935.942	9.833.669

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	11.769	1.685.026	0	-998.758	3.542.037
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-6.923	0	-6.923
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	11.769	1.685.026	-6.923	-998.758	3.535.114
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	231.818	0	231.818
5.05	Destinações	0	0	0	171.535	-225.072	0	-53.537
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-53.537	0	-53.537
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	171.535	-171.535	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	11.591	-11.591	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	159.944	-159.944	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-177	0	177	58.990	58.990
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-67.881	-67.881
5.07.04	Realização da Reserva Líquido dos Efeitos Tributários	0	0	-177	0	177	0	0
5.07.05	Ganhos e Perdas Atuariais Líquido dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	0	126.871	126.871
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	11.592	1.856.561	0	-939.768	3.772.385

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	14.491	1.157.951	0	-653.947	3.362.495
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-9.137	0	-9.137
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	14.491	1.157.951	-9.137	-653.947	3.353.358
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	298.041	0	298.041
5.05	Destinações	0	0	0	221.740	-290.973	0	-69.233
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-69.233	0	-69.233
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	221.740	-221.740	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	14.902	-14.902	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	206.838	-206.838	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.662	0	2.069	-294.051	-293.644
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	30.659	30.659
5.07.04	Realização da Reserva Líquido dos Efeitos Tributários	0	0	-1.662	0	2.069	0	407
5.07.05	Ganhos e Perdas Atuariais Líquido dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	0	-324.710	-324.710
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	12.829	1.379.691	0	-947.998	3.288.522

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	3.904.073	3.729.267
7.01.01	Intermediação Financeira	2.668.839	2.784.436
7.01.02	Prestação de Serviços	1.216.959	1.189.286
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-224.145	-376.402
7.01.04	Outras	242.420	131.947
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.736.250	-1.780.966
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-599.464	-557.510
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-41.044	-45.373
7.03.02	Serviços de Terceiros	-312.039	-271.485
7.03.04	Outros	-246.381	-240.652
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.568.359	1.390.791
7.05	Retenções	-15.234	-20.215
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.234	-20.215
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.553.125	1.370.576
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.553.125	1.370.576
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.553.125	1.370.576
7.09.01	Pessoal	827.639	805.078
7.09.01.01	Remuneração Direta	560.286	568.687
7.09.01.02	Benefícios	225.108	193.925
7.09.01.03	F.G.T.S.	42.245	42.466
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	475.675	247.825
7.09.02.01	Federais	458.152	232.664
7.09.02.02	Estaduais	15	31
7.09.02.03	Municipais	17.508	15.130
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.993	19.632
7.09.03.01	Aluguéis	17.993	19.632
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	231.818	298.041
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	53.537	69.233
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	178.281	228.808

Comentário do Desempenho

PALAVRA DO PRESIDENTE

Em 2018, o Banco do Nordeste abraçou o desafio de alocar integralmente os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), dedicando especial atenção ao cumprimento dos requisitos de conformidade das operações. Os resultados contabilizados no primeiro semestre de 2018 demonstram que avançamos na direção das metas estabelecidas.

O volume total de recursos aplicados pelo Banco na Região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, de janeiro a junho deste ano, aponta crescimento de 55,1%, quando comparado ao investido no mesmo período do ano anterior. São R\$ 17,4 bilhões contratados por meio de 2,4 milhões de operações de crédito.

Os financiamentos de longo prazo somaram R\$ 12,5 bilhões em investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços. O número é 84,8% maior que o investido no primeiro semestre de 2017.

No ano em que completa 30 anos, o FNE originou 98,8% das contratações de longo prazo realizadas pelo Banco do Nordeste no primeiro semestre. Foram aplicados R\$ 12,3 bilhões em recursos do fundo, 93% a mais que no mesmo período do ano anterior.

A disponibilidade de recursos do FNE para investimentos em infraestrutura, com taxas de juros competitivas, promoveu um salto nas aplicações para este segmento, com incremento de 436% frente ao contratado no ano passado. O dado ratifica o apoio do Banco do Nordeste à retomada da atividade econômica regional, com financiamento a empreendimentos nos segmentos de energia, saneamento básico e água, portos e aeroportos. Esses investimentos somaram R\$ 5,9 bilhões.

A redução das taxas de juros do FNE, estabelecida pela Medida Provisória (MP) n.º 812, de 27 de dezembro de 2017, alterada pela Lei 13.682/18, tem sido estímulo a tomada de crédito. A nova metodologia de cálculo tornou o FNE mais competitivo, com descontos que vão até 76% sobre a Taxa de Longo Prazo (TLP). Esse desconto pode ser ainda maior se forem consideradas as taxas cobradas por outros bancos em operações de crédito de longo prazo.

Diante do desafio da rentabilidade, o Banco obteve crescimento de 51,1% no lucro operacional no primeiro semestre de 2018, alcançando R\$ 436,7 milhões. Além do aumento no volume de contratações e desembolsos, contribuíram para os resultados a redução do provisionamento para risco de crédito. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 231,8 milhões, representando um resultado de R\$ 2,68 por ação.

O aumento do volume de aplicações reflete o empenho de nossas equipes e o estrito cumprimento de políticas, normas e procedimentos estabelecidos para as contratações. Com esse entusiasmo, o Banco do Nordeste se prepara para seguir trabalhando com afinco no segundo semestre, perseguindo os propósitos do desenvolvimento econômico sustentável da Região.

Romildo Carneiro Rolim
Presidente

Comentário do Desempenho

1. DESTAQUES

Apresentamos a seguir os destaques da atuação do Banco do Nordeste em prêmio recebido, produtos lançados e reconhecimentos no primeiro semestre de 2018:

Prêmio

- O Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter) foi contemplado com o Prêmio da Associação Latinoamericana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide) na categoria Produtos Financeiros.

Produtos

- Iniciada a operacionalização do Programa de Financiamento Estudantil (Fies) pelo Banco, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).
- Cartão BNB Agro passa a financiar a aquisição de peças e a manutenção de máquinas e veículos agrícolas.
- Início do compartilhamento da rede de atendimento de lotéricas da Caixa Econômica Federal com clientes do Banco.
- Lançamento do projeto piloto do Escritório Digital, instalado em Fortaleza (CE), que disponibiliza remotamente produtos e serviços do Banco, os atendimentos são feitos por telefone, internet, unidade de resposta audível (URA), SMS e, futuramente, por *videochat* e *chatbot*.

Reconhecimentos

- No primeiro semestre de 2018, o Banco conquistou a nota 9,8 (numa escala de 0 a 10) na certificação IG-SEST; indicador criado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), ficando com a 4ª colocação dentre 46 estatais avaliadas.

2. MODELO DE NEGÓCIOS

O Banco do Nordeste aplica recursos na Região por meio das operações de empréstimos e financiamentos e oferece produtos e serviços financeiros aos agentes econômicos, visando produzir resultados que garantam tanto a sua sustentabilidade quanto os interesses da sociedade. O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é a principal fonte de recursos utilizada pelo Banco.

A solução das grandes questões regionais, a transformação do Nordeste e a sua participação mais efetiva no cenário sócioeconômico nacional caracterizam o desafio maior e alvo principal das ações do Banco do Nordeste como o Banco de desenvolvimento da Região, que atua ampliando oportunidades, fortalecendo os agentes produtivos, produzindo impactos de interesse da sociedade nordestina, gerando empregos, proporcionando melhoria da renda das famílias, promovendo a inclusão social e financeira e atuando em área de grande carência econômica, como o semiárido.

Comentário do Desempenho

Desde 2009, a metodologia de gestão de clientes foi adotado como modelo de negócios, contendo a definição e a composição de segmentos, observando o agrupamento de características, propostas de valor, ciclo de relacionamento e classificação dos agrupamentos de produtos. Este modelo agiliza o processo de concessão de crédito, diversifica e aumenta a escala dos empréstimos e financiamentos, integrando o relacionamento em diferentes negócios à percepção de valor agregado das ações do Banco, além de desenvolver produtos e serviços voltados especificamente às necessidades dos clientes.

Para alcançar melhor cobertura geográfica e identificar oportunidades de potencializar seus negócios, o Banco realiza sistematicamente estudos de dimensionamento de mercado. O Banco do Nordeste finalizou o 1º semestre de 2018 com 767 pontos físicos de atendimento, sendo 292 agências e 475 unidades de microcrédito.

3. ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

3.1 Planejamento Empresarial

O Banco do Nordeste direciona todos os seus esforços e recursos para promover o desenvolvimento no intuito de propiciar o bem estar das famílias e a melhoria na competitividade das empresas localizadas na sua área de atuação.

O Banco elegeu três principais diretrizes estratégicas para sua atuação no período de 2018 a 2022:

- Fazer o FNE cada vez melhor
- Avançar na liderança do Microcrédito
- Ser o Banco da pequena e média empresa do Nordeste.

Com o desafio de aplicar 100% dos recursos do FNE em 2018, o Banco aperfeiçoou seus processos de monitoramento, controle e contratação de operações de crédito conseguindo maior agilidade e mantendo a qualidade dos serviços de crédito devido ao envolvimento de todos da organização. Assim, durante o primeiro semestre de 2018, as contratações com recursos do FNE atingiram R\$ 12,3 bilhões, representando 192% em relação aos valores realizados no mesmo período do ano anterior (R\$ 6,4 bilhões).

Completando 20 anos de atuação, o Programa Crediamigo do Banco do Nordeste oferece crédito com orientação técnica aos empreendedores da cidade e do campo favorecendo o aprimoramento dos empreendimentos e a melhor aplicação dos recursos.

A estratégia de ampliar a participação nos mercados de sua área de atuação, elevando a qualidade do microcrédito e dos índices de conformidade dos processos levou o Programa a obter melhores resultados no primeiro semestre de 2018.

Em relação ao segmento das micro e pequenas empresas, o Banco busca continuamente oferecer soluções inovadoras, que proporcionem o conhecimento do negócio pelos empreendedores, possibilitando o desenvolvimento junto com mecanismos que lhes ofereçam maior comodidade e celeridade.

Merecem destaque ações de apoio à capacitação dos micro e pequenos empreendedores realizadas no primeiro semestre de 2018:

Comentário do Desempenho

- a parceria firmada com o Instituto Empreender Endeavor-Brasil, instituição reconhecida internacionalmente por oferecer conteúdos de capacitação a empreendedores de todo o mundo, permitindo ao Banco divulgar e oferecer aos seus clientes acesso ao conteúdo disponibilizado pelo Instituto por meio de seu portal na internet;
- os prêmios Banco do Nordeste de Micro e Pequena Empresa, nas categorias comércio, serviço e indústria, entregues em todos os estados da área de atuação do Banco, permitindo o reconhecimento e a disseminação de empreendimentos apoiados pelo Banco, que são casos de sucesso em seus setores.

3.2 Cenário Econômico

Considerando o cenário macroeconômico, a expansão das contratações do FNE, no primeiro semestre de 2018, foi estimulada pela retomada, ainda que moderada, do crescimento econômico, em especial pelas condições mais favoráveis da agropecuária, do varejo interno e do comércio exterior, bem como pelos baixos níveis inflacionários.

Além disso, as perspectivas econômicas mais favoráveis para os próximos anos, em termos de expansão e modernização de infraestruturas e energias renováveis, também determinaram as decisões empresariais de realizar investimentos no Nordeste e demais áreas de atuação do Banco. Em função desse contexto, inclusive, houve o financiamento na linha do FNE Sol de R\$ 1,68 bilhão, considerando a geração centralizada de energia solar, eólica e de biomassa.

Desta forma, o Banco do Nordeste se destaca como instituição fomentadora da política federal de expansão da geração distribuída de energia elétrica, em consonância com o setor de geração de energias renováveis, contribuindo, sobremaneira, para a construção de uma matriz energética mais limpa e para acelerar a instalação e consolidação da cadeia produtiva de equipamentos correlatos no Nordeste, facilitando a expansão e um maior deslocamento desse eixo setorial à Região, de maior vocação para a geração de energia renovável, em especial a eólica e a solar.

Outro grande incentivo aos empreendedores de todos os portes foram as condições mais favoráveis do FNE em relação aos encargos financeiros, forte fator de auxílio ao incremento das contratações nesse primeiro semestre.

3.3 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O FNE é constituído por recursos públicos destinados ao financiamento de atividades produtivas e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da sua área de atuação, constituída pela região Nordeste e por municípios do norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Como instituição financeira administradora do FNE, o Banco do Nordeste consolida sua atuação enquanto banco de desenvolvimento da região Nordeste, apoiando empreendimentos produtivos e políticas públicas que impactam as comunidades urbanas e rurais nordestinas, por meio de sua ação creditícia e de fomento.

A ação de crédito com recursos do FNE é norteada por regulamentação específica, direcionando o apoio a prioridades para o desenvolvimento regional e constitui política pública de financiamento, com programação anual de aplicação elaborada pelo Banco do

Comentário do Desempenho

Nordeste de forma participativa com representações dos setores produtivos, órgãos de apoio e entidades governamentais nos estados.

Assim, a alocação dos recursos em termos de público beneficiário, área e setor econômico, vincula-se ao alcance dos objetivos do Fundo, às demandas dos estados e aos resultados esperados da ação do Banco do Nordeste enquanto operador e administrador dessa fonte de recursos.

3.3.1 Desempenho FNE

Com base na programação anual do FNE, o Banco do Nordeste contratou financiamentos no primeiro semestre de 2018 no montante de R\$ 12,33 bilhões sendo R\$ 6,37 bilhões para o setor Rural (Agricultura, Pecuária), Agroindustrial, Industrial, Comércio e Serviços e Turismo e R\$ 5,95 bilhões para projetos no setor Infraestrutura. O saldo atual da carteira de crédito do FNE alcançou R\$ 50,2 bilhões. A distribuição das contratações por Estado está detalhada na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - BNB/FNE 2018: Financiamentos - Totais e por Estado (R\$ milhões)

UF	Infraestrutura		Demais Setores		Total Valor Contratado
	Valor Contratado	%	Valor Contratado	%	
AL	-	-	269,4	4,2	269,4
BA	2.587,09	43,5	1.750,9	27,5	4.338,0
CE	1.204,37	20,2	764,8	12,0	1.969,2
ES	91,90	1,5	88,4	1,4	180,3
MA	332,63	5,6	720,7	11,3	1.053,4
MG	382,90	6,4	367,3	5,8	750,2
PB	182,89	3,1	334,0	5,2	516,8
PE	91,38	1,5	847,7	13,3	939,1
PI	521,80	8,8	547,4	8,6	1.069,2
RN	549,63	9,2	362,1	5,7	911,7
SE	6,40	0,1	323,7	5,1	330,1
Total	5.951,0	100,00	6.376,4	100,0	12.327,4

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Conforme a Tabela 2 a seguir, verifica-se um incremento total de 93,0% do volume de recursos de contratações no primeiro semestre de 2018, em relação ao mesmo período de 2017, quando o montante financiado foi de R\$ 6,39 bilhões. Importante destacar para esse resultado o incremento de 20,8% em relação aos financiamentos para os Demais Setores e 436% dos financiamentos em Infraestrutura, com destaque para o apoio a projetos nos segmentos de portos e aeroportos (8,7% do total contratado no setor), energia (76,8%), saneamento básico e água (14,2%). Esses financiamentos em infraestrutura, de caráter estrutural, justificam-se pela capacidade de geração de emprego e renda, bem como de transbordamento, ao entorno, dos efeitos positivos e de desenvolvimento relacionados aos investimentos e demais ações ali implementadas em decorrência.

Comentário do Desempenho

Tabela 2 - FNE: Contratações por Setor Econômico (R\$ mil)

Setor	30.06.2017		30.06.2018		Variação %
	Quant.op	Valor	Quant.op	Valor	
Rural	268.320	2.471.235	273.615	2.897.050	17,2
Agroindustrial	2.481	66.380	86	125.567	89,2
Comércio e Serviços	13.669	2.217.014	11.325	2.425.770	9,4
Industrial	1.551	378.379	1.353	688.415	81,9
Turismo	260	143.322	224	239.604	67,2
Infraestrutura	13	1.110.629	48	5.950.982	435,8
Total	286.294	6.386.959	286.651	12.327.388	93,0

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Nota: (1) Rural – engloba os setores Agricultura e Pecuária.

A execução da programação do FNE é aderente à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a qual preconiza o apoio a subespaços regionais, objetivando reduzir desigualdades regionais e promover a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento. Nessa perspectiva, até junho de 2018 foram realizadas operações em 1.981 municípios, representando 99,5% do total de municípios da área de abrangência do Fundo e o financiamento de R\$ 6,1 bilhões para empreendimentos no Semiárido, 49,2% do total até então financiado, dos quais R\$ 3,2 bilhões relacionados a projetos de infraestrutura.

Os financiamentos às microrregiões prioritárias (os municípios de Baixa Renda, Renda Estagnada e Renda Dinâmica), subespaços também previstos na PNDR, atingiram um montante de R\$ 9,0 bilhões, cerca de 73% dos financiamentos do FNE até junho 2018, incluindo nesse montante o valor financiado para Infraestrutura, enquanto aqueles direcionados às Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides), que englobam os municípios de Timon (MA) e Teresina (PI), além de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), registraram contratações de R\$ 615,0 milhões (inclusive operações de Infraestrutura).

Para a consecução desses resultados, várias ações externas foram realizadas, sendo destacadas a realização de evento em São Paulo, no início do ano, voltado para investidores e bancos que trabalham na assessoria à estruturação de operações para infraestrutura voltados à região Nordeste, especialmente em projetos de energias renováveis; assim como a participação em fóruns e palestras para apresentação das novas taxas de juros e recursos disponíveis do FNE em espaços geradores de opinião e negócios, como os fóruns Futuro do Nordeste e do BTG Pactual.

Diversas ações foram realizadas pelas Superintendências Estaduais junto aos empreendimentos de menor porte, dentre as quais pode ser destacada em 2018 a nona edição do FNE Itinerante, série de encontros de divulgação, promoção e atendimento negocial às micro e pequenas empresas (MPEs) e aos microempreendedores individuais (MEIs), priorizando municípios interioranos alinhados aos critérios da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). O foco da instituição direcionado aos empreendimentos de menor porte gerou a contratação de R\$ 3,9 bilhões, distribuídos em 285.450 operações de financiamento, o que representa 99,6% do quantitativo total contratado nesse primeiro semestre.

Comentário do Desempenho

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1 Resultados

Lucro

O Lucro Operacional do primeiro semestre de 2018 apresentou crescimento de 51,1% em relação ao mesmo período de 2017, alcançando a cifra de R\$ 436,7 milhões, ante R\$ 288,9 milhões apresentados no ano anterior, e se deu, preponderantemente, pela redução do provisionamento para risco de crédito, inclusive o decorrente de coobrigação com o FNE. Ressalta-se que esse crescimento não foi ainda maior por conta dos seguintes fatores que implicaram em redução de receitas: o decréscimo da carteira de crédito; a mudança no critério de cálculo da taxa de administração auferida pelo BNB na gestão do FNE; e a queda da taxa Selic. O Lucro Líquido do Exercício foi de R\$ 231,8 milhões, representando um resultado de R\$ 2,68 por ação.

Eficiência Operacional

Registra-se que o Banco do Nordeste apresentou melhoria em sua eficiência operacional caracterizada pela gestão das despesas administrativas em relação ao conjunto da margem da intermediação financeira e das receitas prestação de serviços. A análise dos resultados nesta relação demonstra uma melhoria em 5,7 pontos percentuais, já que o número alcançado em 2018 foi de 70,9% frente aos 76,6% atingidos no primeiro semestre de 2017.

As despesas administrativas, no primeiro semestre de 2018, apresentaram um acréscimo de 4,1% em relação ao mesmo período de 2017, representando um volume adicional de R\$ 61,7 milhões. Os fatores que mais contribuíram com essa elevação foram o reajuste anual de salários ocorrido em set/17 e a elevação das despesas com benefícios pós-emprego em sua maior parte decorrente dos reajustes de despesas médicas do plano de saúde. Ressalta-se, por outro lado, que as despesas de pessoal do período sofreram redução em virtude da implementação do Programa de Incentivo ao Desligamento no segundo semestre de 2017, resultando na saída de 234 funcionários. Além da inflação do período, a operacionalização dos programas de microfinança rural e de microcrédito urbano, as despesas com propaganda e publicidade e as despesas dos contratos com locação e serviços de Tecnologia de Informação também contribuíram neste acréscimo.

As receitas de prestação de serviços atingiram o montante de R\$ 1,21 bilhão no primeiro semestre de 2018, ante R\$ 1,19 bilhão no mesmo período de 2017. Inobstante o crescimento verificado, essas receitas sofreram redução de R\$ 46,6 milhões pela mudança na legislação relativa ao FNE que alterou os critérios de cálculo da taxa de administração que remunera o Banco pela gestão dos recursos do Fundo Constitucional.

Registra-se que a elevação da margem da intermediação financeira, originada, em sua maior parte, na redução do risco de crédito, foi o fator determinante na melhoria da eficiência operacional. As despesas totais com provisionamento de crédito foram menores em 17,9% quando comparadas com o primeiro semestre de 2017.

Ativos Totais

Os ativos globais do Banco do Nordeste totalizaram R\$ 57,8 bilhões, ao término do primeiro semestre de 2018, representando um acréscimo de 7,0% em relação ao final de 2017. Estão incluídos nos ativos do Banco os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE (R\$ 19,4 bilhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja,

Comentário do Desempenho

relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (R\$ 6,5 bilhões). O crescimento dos saldos de ativos do BNB em junho de 2018, em comparação com dezembro do ano anterior, foi influenciado, principalmente, pelo incremento observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. Tal incremento teve como principal fator o aumento de R\$ 3,4 bilhões no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos do FNE.

Os saldos de operações de crédito da carteira própria do BNB, líquidos de provisões para créditos de liquidação duvidosa, totalizaram o volume de R\$ 8,8 bilhões, apresentando redução de R\$ 278,8 milhões em relação ao final de 2017. A redução é explicada, preponderantemente, pelo decréscimo na carteira de crédito com recursos internos. Contudo, verificou-se os seguintes incrementos: de R\$ 132,2 milhões no saldo de aplicações com recursos de repasses do FNE; e de R\$ 79,8 milhões no saldo de operações do Programa Crediamigo. No que se refere aos saldos totais de ativos do FNE no primeiro semestre de 2018, observou-se crescimento de 5,6% (R\$ 78,7 bilhões em 2018; R\$ 74,5 bilhões em 2017) decorrente, basicamente, do ingresso de R\$ 4,1 bilhões oriundos do Tesouro Nacional. Ao serem comparadas as posições de 30.06.2018 e 31.12.2017, percebe-se um acréscimo de 1,5% nos saldos de aplicações em operações de crédito do FNE, líquido de provisões, e de 14,8% no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos.

Tabela 3 – Ativos Globais (R\$ milhões)

Especificação	BNB		FNE	
	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018
Disponibilidades, Aplicações Interfinanceiras e TVM ^(*)	39.952,1	43.762,8	16.719,0	19.397,0
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	-	-	5.871,6	6.543,7
Relações Interfinanceiras.....	584,1	684,7	2.394,8	2.462,6
Operações de Crédito	9.099,5	8.820,7	49.505,9	50.268,1
Outros Créditos	4.194,5	4.363,6	9,4	9,6
Outros Valores e Bens.....	31,9	22,6	0,8	0,6
Permanente.....	184,8	171,7	-	-
Total.....	54.046,9	57.826,1	74.501,5	78.681,6

^(*) Estão incluídos neste item os recursos disponíveis e os comprometidos com operações de crédito do FNE

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

Títulos e Valores Mobiliários

Na posição 30.06.2018, o saldo da carteira de Títulos e Valores Mobiliários, correspondeu a R\$ 29,9 bilhões.

Em atendimento à Circular nº 3.068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o Banco do Nordeste elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos Até o Vencimento”. Dessa forma, a Alta Administração do Banco declara que a instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

Comentário do Desempenho

Gestão de Fundos de Investimento

No 1º semestre de 2018, o patrimônio líquido dos fundos de investimento alcançou o saldo de R\$ 6.825,7 milhões, um crescimento de 18,6% em relação ao mesmo período de 2017. Na mesma posição, o Banco do Nordeste executava a gestão de 22 fundos de investimento, com 70.127 cotistas, uma evolução de 5,9% em relação ao mesmo período de 2017. A receita com taxa de administração dos fundos de investimento totalizou R\$ 19,4 milhões no 1º semestre de 2018, um incremento de 19,3% em relação ao mesmo período de 2017.

Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR)

O Patrimônio Líquido do FINOR atingiu, no primeiro semestre/2018, o valor de R\$ 1.639,6 milhões, apresentando um acréscimo de 213,0% em relação ao mesmo período de 2017. A receita com taxa de administração sobre a carteira do FINOR totalizou R\$ 17,2 milhões no mesmo período, um incremento de 219,8% em relação ao mesmo período de 2017.

Disponibilidades do FNE

O saldo das disponibilidades do FNE alcançou, ao término do primeiro semestre de 2018, a cifra de **R\$ 19,4 bilhões**, representando um crescimento de R\$ 2,7 bilhões em relação ao saldo existente no final de 2017. O saldo dos recursos comprometidos com operações de crédito teve crescimento de 11,4%, alcançando **R\$ 6,5 bilhões** em 30.06.2018. O aumento das disponibilidades decorre do fato de o ritmo das aplicações ainda ser menor que o de novos ingressos e reembolsos. Estes últimos, no primeiro semestre de 2018, alcançaram a cifra de R\$ 6,3 bilhões ante R\$ 5,3 bilhões no mesmo período de 2017, o que demonstra, também, a boa qualidade da carteira.

Patrimônio Líquido e Rentabilidade

O Banco do Nordeste apresentou, em 30.06.2018, um Patrimônio Líquido de R\$ 3,8 bilhões. O Capital Social importava em R\$ 2,8 bilhões representado por 86.371.464 ações escriturais ordinárias, sem valor nominal, integralizadas. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio, no primeiro semestre de 2018, foi de 13,1% a.a.

Índice de Adequação Patrimonial

Em relação ao cumprimento das regulamentações determinadas pelo Banco Central do Brasil, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, o Banco do Nordeste tem cumprido os requisitos mínimos de capital estipulados, o que garante ao Banco uma margem para continuar expandindo os seus negócios. Os detalhes da situação do Banco frente a esses requerimentos, na posição de 30.06.2018, podem ser vistos na Tabela 4 a seguir:

Comentário do Desempenho

Tabela 4 – Requerimentos Mínimos de Capital (R\$ milhões)

Especificação	30.06.2017	30.06.2018
Patrimônio de Referência (PR)	5.958,1	6.551,0
. Nível I	3.861,4	4.289,3
. Nível II	2.096,8	2.261,7
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	38.731,1	41.765,1
Valor do RBAN	2.995,7	2.551,9
Margem sobre o ACP Requerido	1.053,3	1.000,3
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	9,97%	10,27%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	9,97%	10,27%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 8,625%) (*)	15,38%	15,69%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	14,28%	14,78%

(*) O requerimento mínimo do Índice de Basileia era de 9,25% em junho/2017

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

4.2 Desempenho de Aplicações de Crédito

Volume de Contratações

O Banco do Nordeste contratou R\$ 17,4 bilhões no primeiro semestre de 2018 e um total de 2,4 milhões de operações de crédito. Esses resultados representam crescimentos de 55,1% no valor contratado e 3,1% na quantidade de operações, quando comparados com o mesmo período do ano anterior.

Os financiamentos de longo prazo cresceram 84,8% no primeiro semestre de 2018, em relação ao mesmo período de 2017. Tais financiamentos englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços foram responsáveis por 71,7% dos recursos contratados, somando R\$ 12,5 bilhões representadas por 289,2 mil operações. Já os empréstimos de curto prazo destinados aos produtos Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Cartão de Crédito, Conta Garantida, Câmbio, e Desconto, bem como o programa Crediamigo cresceram 10,3%, os quais totalizaram 2,1 milhões de operações importando em R\$ 4,9 bilhões.

Tabela 5 - Contratações de Operações de Crédito (R\$ milhões)

Tipo	1º semestre de 2017		1º semestre de 2018		Variação Valor
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
Longo Prazo	296.082	6.748,4	289.157	12.473,3	84,8%
Curto Prazo	2.063.693	4.469,6	2.142.893	4.929,2	10,3%
Total	2.359.775	11.218,0	2.432.050	17.402,5	55,1%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

O FNE, que completa 30 anos em 2018, foi responsável por 98,8% das contratações de longo prazo do Banco. O Fundo somou R\$ 12,3 bilhões e cresceu 93% no primeiro semestre de 2018, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

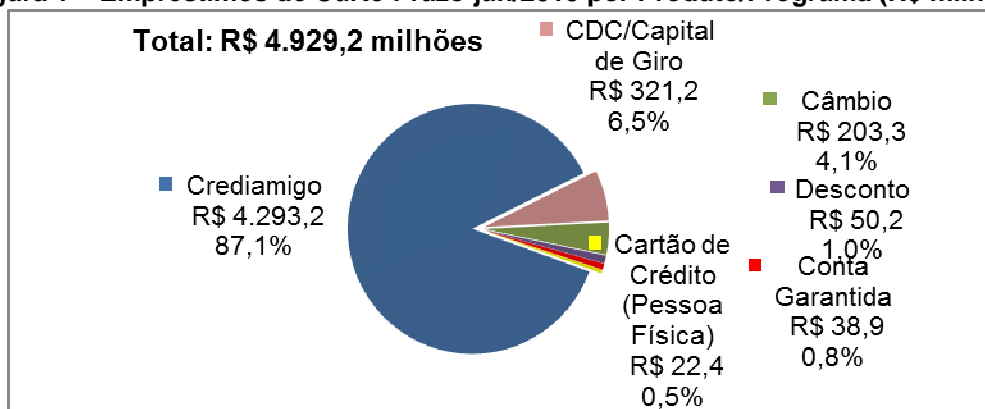
Tabela 6 – Contratações de Financiamentos de Longo Prazo (R\$ milhões)

Tipo	1º semestre de 2017		1º semestre de 2018		Variação Valor
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
FNE	286.294	6.387,0	286.651	12.327,4	93,0%
Outras fontes	9.788	361,4	2.506	145,9	-59,6%
Total	296.082	6.748,4	289.157	12.473,3	84,8%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

Em relação aos empréstimos de curto prazo (Figura 1), que representaram 28,8% do volume contratado (R\$ 4,9 bilhões), destacam-se o programa de microcrédito urbano do BNB, Crediamigo, responsável por 87,1% das contratações de curto prazo com R\$ 4,3 bilhões, e o CDC/Capital de Giro que contratou R\$ 321,2 milhões (6,5%). O Crediamigo apresentou crescimento de 12,8% e o CDC/Capital de Giro cresceu 40,6%, quando comparado com o primeiro semestre de 2017.

Figura 1 – Empréstimos de Curto Prazo jun/2018 por Produto/Programa (R\$ milhões)



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

4.3 Performance por Segmento de Clientes

O modelo de negócios adotado pelo Banco preconiza a classificação de sua clientela em 10 (dez) segmentos, utilizando critérios de renda/faturamento e tipo de pessoa (física, jurídica, institucional). A segregação por segmento reforça a política do Banco de atender as necessidades específicas de seus clientes.

Microempreendedor Urbano - Crediamigo

A Consolidação da liderança em microfinanças e a ampliação de mercado foram premissas que nortearam o 1º semestre do Crediamigo em 2018. Foram contratados R\$ 4.293,20 milhões, o que representa um crescimento de 13% das contratações considerando o mesmo período de 2017.

Microempreendedor Rural – Agroamigo

O Agroamigo atende os agricultores familiares por meio de duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Pronaf Grupo B e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf, em operações de até R\$ 15 mil, exceto Grupos A e A/C. Aproximadamente, 59,9% dos clientes atendidos pelo Agroamigo são beneficiários do Programa Bolsa Família.

Comentário do Desempenho

No primeiro semestre de 2018, o Banco do Nordeste contratou pelo Agroamigo 258,6 mil operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1.284,5 milhões, o que representa um crescimento de 22% em relação aos valores contratados no primeiro semestre de 2017. Do total dos recursos, 57,3% foram destinados a financiamentos na região semiárida.

O Programa atingiu uma carteira ativa de R\$ 4,37 bilhões e mais de 1,37 milhão de operações. Do universo de 1,3 milhão de clientes, aproximadamente 90,8% possuem conta-corrente no Banco.

Micro e Pequena Empresa

Aplicando-se recursos do FNE e do Recin neste segmento, foram contratados R\$ 1.154,9 milhões, atendendo 10.935 micro e pequenas empresas em 16.294 operações de crédito. O setor de comércio foi o principal beneficiado, sendo atendido com R\$ 608,4 milhões em contratações, correspondendo a 56,6% dos recursos do FNE aplicados pelo Banco do Nordeste neste segmento. Na região do Semiárido, que é um dos subespaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), foram contratadas, somente com recursos do FNE, 5.830 operações, o que representa 53,3% do total de operações efetivadas.

Pequeno e Miniprodutor Rural

No primeiro semestre de 2018, o Banco do Nordeste contratou 3.231 operações de crédito com os clientes do segmento Pequeno e Mini Produtor Rural, Pessoa Física, que atende os produtores rurais pessoas físicas, com faturamento bruto anual até R\$ 4,8 milhões.

Os recursos aplicados, oriundos do FNE, correspondem a R\$ 617,9 milhões, o que representa 123% da meta estabelecida para o período e corresponde a um acréscimo de 14,84% em relação às contratações realizadas no primeiro semestre de 2017.

Agricultura Familiar

O Segmento Agricultura Familiar compreende a carteira de agricultores familiares atendidos pelo Pronaf, excetuando-se os clientes que compõem o Segmento Microempreendedor Rural – Agroamigo, contando com uma carteira ativa no valor de R\$ 4,6 bilhões, correspondentes a 427 mil operações.

No primeiro semestre de 2018, o Banco contratou 11,4 mil financiamentos com esse segmento, envolvendo recursos da ordem de R\$ 268,5 milhões, o que representa 107% da meta estabelecida para o período.

Do total dos recursos, 74,9% foram destinados a financiamentos na região semiárida. Comparando o resultado obtido em 2018 com o mesmo período de 2017, houve aumento de 1,4% no volume de recursos aplicados no segmento e 1% na quantidade de operações contratadas.

Agronegócio Pessoa Física

O Banco do Nordeste tem atuação destacada no apoio ao Agronegócio, que atende aos produtores rurais pessoas físicas com faturamento bruto anual acima de R\$ 4,8 milhões, contribuindo fortemente para o crescimento e consolidação do setor. No primeiro semestre de 2018, o Banco contratou R\$ 459,3 milhões com recursos do FNE, distribuído em 426 operações de crédito com estes clientes, sendo responsável por um acréscimo de 15% no volume de contratação em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

Pessoa Física

Esse segmento atende preferencialmente a sócios e funcionários de empresas públicas ou particulares, profissionais liberais, bem como, funcionários e aposentados de empresas coligadas e pensionistas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Essencialmente os clientes deste segmento são representados por consumidores de produtos e serviços financeiros, tais como: crédito de bens de consumo, financiamento estudantil ou aplicações financeiras.

Neste primeiro semestre de 2018 o segmento alcançou R\$ 226,8 mi em saldo médio de operações de Crédito Comercial. Foram contratadas 22,5 mil operações que totalizaram R\$ 70,8 milhões.

Destaca-se que até a posição de junho/18 o Banco atingiu a marca de R\$ 1,75 bi em Captação de Recursos, o que representou um crescimento de 8% em relação ao mesmo período de 2017.

Empresarial

O segmento Empresarial é composto por empresas de pequeno-médio, médio e grande portes, abrangendo as pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R\$ 4,8 milhões até R\$ 400,0 milhões. Ao final do primeiro semestre de 2018, com relação aos clientes inseridos nas carteiras 'Empresariais e Atendimento Clientes Empresariais', o Banco alcançou o quantitativo de 9.114 clientes, apresentando um incremento de 9,85% em relação à base de clientes existentes no final do primeiro semestre de 2017.

Neste semestre, o segmento contratou 3.996 operações que totalizaram R\$ 3.887,4 milhões, apresentando um crescimento de 29,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Até junho de 2018, as carteiras do segmento Empresarial apresentaram os seguintes resultados: contratações de crédito de curto prazo e comércio exterior no montante de R\$ 325,9 milhões; contratações de crédito especializado, incluindo operações com recursos do FNE e FNE Infraestrutura no valor de R\$ 3,48 bilhões. Destaca-se o aumento de 48% no valor de operações contratadas com recursos do FNE, influenciado, principalmente, pela redução da taxa de juros do fundo.

Corporate

O segmento *Corporate* é composto por empresas de grande porte com faturamento bruto anual superior a R\$ 400,0 milhões. No primeiro semestre de 2018, as 14 carteiras *Corporate* tinham 726 clientes, um quantitativo 9,5% maior em relação à base de clientes existentes no final do primeiro semestre de 2017.

Até junho de 2018, as carteiras do segmento *Corporate* apresentaram os seguintes resultados: i) contratações com recursos do FNE, inclusive operações de Infraestrutura, no valor de R\$ 5,0 bilhões; ii) contratações de crédito de curto prazo e comércio exterior no montante de R\$ 174,9 milhões; iii) saldo médio de aplicação financeira de R\$ 2,9 bilhões; e, iv) desembolsos de crédito do FNE no valor de R\$ 617,6 milhões, um crescimento de 116,7% em relação ao primeiro semestre de 2017.

Destaque-se a forte participação do segmento Corporate na aplicação de recursos do FNE, representando, ao final do 1º semestre/2018, em torno de 41% de toda contratação do

Comentário do Desempenho

Banco com essa fonte de recursos, influenciado principalmente pelas contratações no âmbito da Infraestrutura. As contratações do semestre totalizaram R\$ 5.210,3 milhões, apresentando uma variação de 660,5% em relação ao 1º semestre do ano anterior.

Governo

Ao final de junho de 2018, a carteira de governo, atingiu 2.066 clientes. Destaca-se o incremento de 125 clientes, representando uma expansão da base em 6,43% em relação ao mesmo período de 2017. O ativo das carteiras de governo (atendimento e especializadas) atingiu R\$ 663,68 milhões em saldo devedor e saldo médio de R\$ 813,50 milhões em aplicações financeiras.

4.4 Recuperação de Crédito

No primeiro semestre do ano de 2018 foram recuperados mais de R\$ 2,2 bilhões de créditos inadimplidos, dentre os quais R\$ 410,9 milhões foram recebidos em espécie. Este montante importou na regularização de 85.187 operações com recursos do FNE e 6.404 operações com outras fontes.

O volume de recuperação, em franca expansão nas renegociações, apresentou significativa participação tendo em vista o enquadramento de operações na Lei nº 13.340/2016, que possibilita a produtores rurais a liquidação ou renegociação de operações contratadas até 2011. Do valor total recuperado, mais de R\$ 652,0 milhões foram efetivados por meio desse dispositivo legal.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco realizou uma ampla alteração estatutária, contemplando o atendimento à Lei nº 13.303, de 30.06.2016, e seu Decreto Regulamentador e demais normativos que regem as empresas estatais, bem como resoluções do Banco Central do Brasil.

Dentre as principais mudanças, está a alteração da composição do Conselho de Administração, que passou a ter sete membros, com a inclusão de um membro independente indicado pelo Ministério da Fazenda.

Outro ponto de destaque foi a criação dos Comitês de Riscos e de Capital e de Remuneração e Elegibilidade, para assessoramento ao Conselho de Administração. O Comitê de Riscos e de Capital, composto por três membros, tem o papel de auxiliar o Conselho de Administração proporcionando uma visão abrangente e integrada dos riscos e seus impactos. Já o Comitê de Remuneração e Elegibilidade além de elaborar, revisar e supervisionar anualmente a política de remuneração de administradores do Banco, deve auxiliar na indicação de administradores e conselheiros fiscais, opinando sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições.

Ainda sobre o cumprimento às disposições da Lei nº 13.303, de 30.06.2016 (Lei das Estatais), o Banco elaborou e divulgou as Políticas de Transações com Partes Relacionadas e de Dividendos, que se encontram disponíveis no sítio <https://www.bnb.gov.br/web/guest/relacao-com-os-acionistas>.

Comentário do Desempenho

5.1 Auditoria

A Superintendência de Auditoria do Banco do Nordeste tem como propósito a avaliação dos processos de gerenciamento de riscos, controles e governança, visando adicionar valor à organização e reportando à alta administração a eficácia do sistema de controle interno.

Utiliza a metodologia de auditoria de processos com foco em riscos, contribuindo com a melhoria das estruturas de controle, de forma independente e objetiva.

No primeiro semestre de 2018, destacam-se os seguintes trabalhos de auditoria no período examinado: Controles Internos; Contabilidade; Desenvolvimento e Gestão de Produtos e Serviços; Gestão de Documentos; Arquitetura Organizacional; além dos objetos de TI, tais como Gerenciar Problemas, Projetos e Dados.

5.2 Controles Internos

A Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste tem como pilar as políticas de conformidade (*compliance*) e de segurança da informação. Complementarmente, essa Estrutura possui outros pilares: as boas práticas de governança corporativa; a integridade das pessoas e valores éticos; o compromisso de seus empregados em atuar com foco nos objetivos empresariais; a transparência e a estrutura organizacional que garante a segregação de funções e que possibilita à adequada delegação de autoridade e de atribuições.

Com o objetivo de avaliar se os procedimentos das unidades executoras estão sendo realizados de acordo com as políticas, normas e procedimentos, o Banco utiliza indicadores de conformidade, que tem como meta indicador não inferior a 95%. Comparando 2017 / 2018, observou-se quadro evolutivo e superação do piso, tendo o BNB alcançado o indicador de 96,61% no 1º semestre de 2018, contra 94,55% obtido no mesmo período de 2017.

5.3 Gestão de Riscos

A Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da instituição. Nesse sentido, disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, estabeleceu-se regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

Outras informações sobre a nossa política de Gestão de Riscos e Controles Internos estão disponíveis na seção 5 do Formulário de Referência 2018 ano-base 2017, disponíveis no site <https://www.bnb.gov.br/documentos-cvm>.

Comentário do Desempenho

6. RELACIONAMENTOS

6.1 Relacionamento com cliente

O Banco do Nordeste elaborou e publicou em seus normativos internos a sua Política de Relacionamento com Clientes e Usuários de Produtos e Serviços Financeiros, à luz da Resolução nº 4.539/2016 do CMN, visando estreitar o relacionamento com seus clientes e usuários fortalecendo a imagem institucional de credibilidade, segurança e competência.

O Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão realizou 1.699.558 atendimentos, sendo: 145.666 atendimentos por telefone (SAC e CAC); 68.787 por canais multimeios (SIC, *e-mail*, redes sociais, consumidor.gov, sítios de reclamações); 41.513 boletos emitidos a pedido dos clientes; 1.443.592 atendimentos ativos incluindo os atendimentos prestados aos novos serviços prestados para o Programa de Financiamento ao Fies e Escritórios Digital.

Ouvidoria

A Ouvidoria funciona como canal de mediação de conflitos entre o público e a Instituição, e contribui na melhoria e na correção de deficiências em processos, produtos e serviços, a partir da emissão de Recomendações de Ouvidoria para as demais áreas do Banco, com base na análise de todas as manifestações recebidas.

De acordo com o Banco Central, o Banco do Nordeste manteve-se, neste semestre, como a Instituição Financeira com menor número de reclamações junto àquela autarquia, dentre os bancos com mais de 4 milhões de clientes. O *ranking* é formado a partir das demandas registradas pelo público e considera bancos comerciais, múltiplos, cooperativos, de investimento, filiais dos bancos estrangeiros, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento (SCFI) e administradoras de consórcio.

No *ranking* de Qualidade de Ouvidorias criado pelo Banco Central, que objetiva disponibilizar à sociedade informações qualitativas sobre o desempenho das ouvidorias das instituições financeiras, a Ouvidoria do Banco do Nordeste figurava na primeira colocação no 1º trimestre de 2018.

6.2 Soluções Digitais

O Banco do Nordeste tem investido fortemente na construção e implementação de um conjunto de ações de inovação incremental com o objetivo de se tornar cada vez mais um Banco Digital e, desta forma contribuir para a comodidade de seus clientes. Destacamos algumas das ações já implementadas ao longo do primeiro semestre de 2018:

- *Cadastro Digital*: permite ao cliente realizar seu cadastro e atualização cadastral por meio da internet e *mobile*, sem precisar se deslocar até uma das agências;
- *Conta Digital*: permite abertura de conta corrente para pessoa física por meio da internet e *mobile*;
- *Giro Digital*: o varejista pode adquirir estoques para ampliar suas vendas de forma automatizada com as melhores taxas do país;

Comentário do Desempenho

- *Cartão BNB*: aquisição de bens e insumos reunindo a vantagem das melhores taxas do país combinada com o acesso instantâneo ao crédito rotativo pré-aprovado com validade de cinco anos;
- *Cartão BNB Agro*: aquisição de equipamentos, máquinas e peças, veículos com a vantagem das melhores taxas do país combinada com o acesso instantâneo ao crédito rotativo pré-aprovado com validade de cinco anos;
- *App BNB GEO*: permite ao produtor rural capturar e transmitir as coordenadas geodésicas das áreas a serem financiadas e assim, acelerar os projetos;
- Simuladores de crédito: por meio do portal do Banco na internet, nas diversas linhas de financiamento, capital de giro, crédito para inovação urbana e rural.

Outras ações estão em andamento ou sendo desenvolvidas, o que denota a preocupação e o esforço contínuo do Banco do Nordeste em se manter atualizado em relação às práticas mais atuais do cenário bancário. Para o segundo semestre a previsão é da entrega do *Novo Sistema de Suporte Técnico do Banco*, que permitirá maior agilidade e mobilidade para os técnicos de campo. O desenvolvimento da *Nova Plataforma de Concessão de Crédito* e a disponibilização da *Nova Plataforma de Correspondentes Bancários*, que visa aumentar a capilaridade da rede de atendimento, e possibilitar redução de custos em virtude da redução de operações nos ATMs e caixas do Banco.

Espera-se que essas iniciativas tornem mais fácil, ágil e agradável o relacionamento comercial via internet com o cliente do Banco, a partir de dispositivos móveis. Busca-se, assim, oferecer maior comodidade aos clientes e o incremento de negócios com linhas de crédito de longo e de curto prazos, além do aumento de venda de serviços bancários do Banco.

As soluções digitais disponibilizadas para os clientes do Banco do Nordeste estão descritas na internet: <https://www.bnb.gov.br/solucoes-digitais>.

7. INFORMAÇÕES LEGAIS

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) n.º 381/03, de 14.01.2003, o Banco do Nordeste informa que a *Ernst & Young Auditores Independentes S/S*, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no 1º semestre de 2018, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Semestres findos em 30 de Junho de 2018 e de 2017
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados (PLR)
Nota 10- Outros Créditos	Nota 25- Benefícios Pós-Emprego
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 12- Permanente	
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
	Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 29 - Partes Relacionadas
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	Nota 30- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 16- Outras Obrigações	Nota 31- Outras Informações

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

Notas Explicativas

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério "*pro rata temporis*".

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Os TVM estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Notas Explicativas

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em conta os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A (Brasil Bolsa Balcão);

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na B3 S.A.; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio neste caso, o valor presente é apurado mediante fluxo de caixa descontado pela taxa de mercado líquido do fator de risco e do desconto pela baixa liquidez a exemplo das Letras Financeiras e Debêntures.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* (registrado como parte do seu valor contábil), são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela

Notas Explicativas

Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

j) Permanente

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Intangível: composto pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação, com vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e terá amortização linear. Quando aplicável, será ajustado por perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

k) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à alíquota de 20% (em conformidade com a Lei nº 13.169 de 06.10.2015, vigorará até 31.12.2018) depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego e ajustes aos valores de mercado de TVM, de IFD e de item objeto de *hedge*.

Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059 de 20.12.2002 e Circular Bacen nº 3.171 de 30.12.2002, esta última estabelecendo os procedimentos para reconhecimento e registro contábil, e estão suportados por estudos técnicos de capacidade de realização. Aplicam-se, também, as disposições normativas da CVM no que não conflitar com as normas emanadas do CMN e do Bacen.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos "benefício definido" e "contribuição variável", além de plano de assistência médica e seguro de vida em grupo, ambos do tipo "benefício definido".

Para os planos do tipo "benefício definido" e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério "*pro-rata-die*".

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Dívidas Subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados aos dividendos.

r) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica,

Notas Explicativas

previdência complementar e seguro de vida. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

s) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os períodos findos em 30.06.2018 e 30.06.2017.

A tabela a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

Notas Explicativas

7

Especificação	01.01 a 30.06.2018			01.01 a 30.06.2017		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas						
Receitas de Operações de Crédito	2.136.469	1.482.170	3.618.639	1.890.831	1.745.291	3.636.122
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	931.527	-	931.527	949.780	-	949.780
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	524.353	824.194	1.348.547	659.022	1.105.091	1.764.113
Resultado de Operações de Câmbio	156.219	-	156.219	8.952	-	8.952
Resultado de Aplicações Compulsórias	220.038	-	220.038	62.507	-	62.507
Outras Receitas	12.508	-	12.508	(916)	-	(916)
	291.824	657.976	949.800	211.486	640.200	851.686
Despesas						
Despesas de Captação no Mercado	(1.146.316)	(1.220.858)	(2.367.174)	(1.076.396)	(1.472.859)	(2.549.255)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(564.181)	-	(564.181)	(626.455)	-	(626.455)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9)	(357.990)	(814.079)	(1.172.069)	(73.539)	(1.080.972)	(1.154.511)
Provisão Proagro a Receber	(224.145)	(406.772)	(630.917)	(376.402)	(391.849)	(768.251)
Margem Financeira						
Rendas de Prestação de Serviços	990.153	261.312	1.251.465	814.435	272.432	1.086.867
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	278.185	902.395	1.180.580	225.146	931.377	1.156.523
	36.379	-	36.379	32.763	-	32.763
Pasep e Cofins						
Resultado após Tarifas e Comissões	(28.842)	(106.509)	(135.351)	(13.234)	(118.841)	(132.075)
Despesas Administrativas	1.275.875	1.057.198	2.333.073	1.059.110	1.084.968	2.144.078
Despesas de Pessoal			(1.575.682)			(1.513.914)
Depreciação e Amortização			(942.990)			(916.557)
Outras Despesas Administrativas			(15.234)			(20.215)
Outras Despesas			(617.458)			(577.142)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(265.434)			(319.277)
Lucro antes da Tributação e Participações			(53.068)			(24.302)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			438.889			286.585
Participações no Lucro			(193.011)			30.487
Lucro Líquido			(14.060)			(19.031)
			231.818			298.041

Notas Explicativas

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
Disponibilidades em Moeda Nacional	95.149	117.543
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	6.458	36.905
Total da Disponibilidade de Caixa	101.607	154.448
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	12.834.335	9.679.221
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	12.935.942	9.833.669

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
a) Aplicações no Mercado Aberto	12.948.148	10.136.676
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	12.834.335	10.075.221
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	113.813	61.455
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	212.482	218.761
Aplicações em Moedas Estrangeiras	47.838	62.125
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	164.644	156.636
Total	13.160.630	10.355.437
Saldo de Curto Prazo	13.160.630	10.355.437

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	406.951	497.525
Posição Bancada	403.555	493.784
Posição Financiada	3.396	3.741
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	4.090	6.286
Total	411.041	503.811

Notas Explicativas

9

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Títulos Disponíveis para Venda	30.06.2018										30.06.2017	
	Sem Vencimento	Valor de Mercado			Vencimento Final	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado		
		0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias								
Títulos de Renda Fixa	13.975	56.366	91.699	609.289	28.474.065	29.904.480	(659.086)	29.245.394	24.136.868	(600.363)		
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	27.119.516	27.117.507	2.009	27.119.516	20.680.580	10.024		
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.277.255	1.284.459	(7.204)	1.277.255	1.571.916	49.369		
Letras Financeiras	-	56.366	91.673	609.175	-	764.526	(7.312)	757.214	1.776.881	(47.836)		
Debêntures	13.975	-	-	-	73.586	698.397	(610.836)	87.561	103.106	(577.754)		
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	3.617	4.350	(733)	3.617	4.054	(821)		
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	34.960	(34.960)	-	-	(33.233)		
Títulos da Dívida Agrária	-	-	26	114	91	281	(50)	231	331	(113)		
Cotas de Fundos de Investimentos	404	-	-	-	-	2.009	(1.605)	404	358	(1.595)		
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	1.605	(1.605)	-	-	(1.595)		
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	377	-	-	-	-	377	-	377	339	-		
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	27	-	-	-	-	27	-	27	19	-		
Títulos de Renda Variável	17.721	-	-	-	-	22.247	(4.526)	17.721	17.666	4.641		
Outros Incentivos Fiscais – FIOR	187	-	-	-	-	109	78	187	118	9		
Ações de Companhias Abertas	17.534	-	-	-	-	22.138	(4.604)	17.534	17.548	4.632		
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	-	-	439.068	439.400	(332)	439.068	298.228	(91)		
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	426.749	426.256	493	426.749	280.118	654		
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	885	(885)	-	-	(841)		
Debêntures	-	-	-	-	12.319	12.259	60	12.319	18.110	96		
Total da Categoria	32.100	56.366	91.699	609.289	28.913.133	30.368.136	(665.549)	29.702.587	24.453.120	(597.408)		
Crédito Tributário (Nota 21.c)											273.461	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidas (Nota 21.d)											(5.070)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado							(397.158)				(397.158)	

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 262.482 (R\$ 244.380 em 30.06.2017); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 2.986 (R\$ 2.780 em 30.06.2017); Garantias em Processos Judiciais R\$ 146.569 (R\$ 25.901 em 30.06.2017); e Demais Garantias R\$ 27.030 (R\$ 25.167 em 30.06.2017).

Notas Explicativas

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Os referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de (R\$ 665.549) ((R\$ 597.408) em 30.06.2017). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a (R\$397.158) ((R\$ 352.213) em 30.06.2017).

Títulos Mantidos até o Vencimento	30.06.2018				30.06.2017		
	Valor de Custo			Vencimento final	Valor de Mercado (1)	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado (1)
	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias				
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	217.505	140.709	191.218	130.537
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	171.792	94.996	161.750	101.070
Cotas Fundo Investimento Ciatec	-	-	-	8.799	8.799	11.047	11.046
Cotas Fundo Investimento Ciatec II	-	-	-	12.926	12.926	7.990	7.990
Cotas Fundo Investimento Ciatec III	-	-	-	1.369	1.369	234	234
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	13.404	13.404	10.167	10.167
Nordeste III FIP	-	-	-	9.215	9.215	30	30
Total da Categoria	-	-	-	217.505	140.709	191.218	130.537

(1) Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Notas Explicativas

a.2) No 1º Semestre de 2018 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.3) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até às datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	406.951	497.525
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	4.090	6.286
Títulos de Renda Fixa	937.326	1.259.770
Títulos de Renda Variável	180	532
Total	1.348.547	1.764.113

c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 30.06.2018, o Banco possui operações de "swap", que se encontram registradas na B3 S.A., estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nominal) e o correspondente valor patrimonial nas contas "Diferencial a Pagar" e "Diferencial a Receber", conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 30.06.2018									30.06.2017
Especificação	Valor Nominal	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido	Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo		
Posição Ativa									
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	580.449	84	579.902	-	547	84	463	19.990
Posição Passiva									
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	578.615	580.449	84	579.902	-	547	84	463	19.990
Crédito Tributário (Nota 21.c)								34	-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)								219	7.996

Especificação	30.06.2018		30.06.2017	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-	-	-
3 a 12 meses	580.449	84	-	-
1 a 3 anos	-	-	430.233	-
3 a 5 anos	-	-	-	-
Total	580.449	84	430.233	-

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	30.06.2018				Ajuste a Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado			
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI		
Swap - Moeda Estrangeira - Posição Ativa	1.164.753	584.851	1.165.216	584.851	463	19.990
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva⁽¹⁾		Valor de Mercado⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds - Senior Unsecured Notes</i>	1.164.753		1.165.221		468	19.873
Crédito Tributário (Nota 21.c)					187	7.948

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.145 (R\$ 999 em 30.06.2017) sobre os juros da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas ao hedge foram avaliadas como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds - Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

Notas Explicativas

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017
Swap	156.219	8.952
Total	156.219	8.952

NOTA 8 – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	30.06.2018			30.06.2017		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios	467.062	-	467.062	298.875	-	298.875
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	99.312	-	99.312	120.226	-	120.226
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	76.811	(8.229)	68.582	72.803	(16.217)	56.586
Total	643.185	(8.229)	634.956	491.904	(16.217)	475.687
Saldo de Curto Prazo	566.374	-	566.374	419.101	-	419.101
Saldo de Longo Prazo	76.811	(8.229)	68.582	72.803	(16.217)	56.586

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	10.565	8.535
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1.990	2.222
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	-	33
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(47)	(11.706)
Total	12.508	(916)

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	30.06.2018		30.06.2017	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	9.543.428	(722.717)	11.248.956	(1.094.527)
Curto Prazo	4.627.354	(525.573)	4.847.785	(593.877)
Longo Prazo	4.916.074	(197.144)	6.401.171	(500.650)
Outras Rubricas com Características de Crédito	902.668	(8.351)	706.413	(273.385)
Curto Prazo (Nota 10.e)	902.492	(8.351)	703.961	(273.385)
Longo Prazo	176	-	2.452	-
Total	10.446.096	(731.068)	11.955.369	(1.367.912)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
Adiantamentos a Depositantes	1.464	470
Empréstimos	4.406.023	4.773.251
Direitos Creditórios Descontados	17.689	43.213
Financiamentos	1.710.245	2.174.530
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	53.946	39.288
Financiamentos Agroindustriais	6.364	14.141
Financiamentos Rurais	1.365.718	1.651.293
Refinanciamento de Operações com o Governo Federal	-	560.692
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	-	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.981.979	1.991.835
Subtotal de Operações de Crédito	9.543.428	11.248.956
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	32.990	9.679
Devedores por Compra de Valores e Bens	496	1.873
Títulos e Créditos a Receber (Nota 10)	46.655	330.042
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	822.527	364.819
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	902.668	706.413
Total	10.446.096	11.955.369

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

Notas Explicativas

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	421.463	498.918
Financiamentos	315.195	312.527
Financiamentos Agroindustriais	704	4.622
Financiamentos Rurais	138.845	92.553
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	55.320	41.157
Outros Valores	-	3
Total	931.527	949.780

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2018	Total em 30.06.2017
Rural	4.027	928	1.363	16.952	11.501	1.294.450	1.329.221	1.610.734
Indústria	60.777	63.621	193.126	487.655	161.032	1.504.648	2.470.859	2.335.710
Governo	11.135	11.135	36.441	33.404	92.114	519.357	703.586	1.320.100
Outros Serviços	96.574	100.821	74.008	244.372	221.134	1.167.063	1.903.972	2.059.573
Comércio	715.757	651.268	504.955	861.700	291.430	182.967	3.208.077	3.481.940
Intermediários Financeiros	50	39	38	114	188	382	811	548
Habitação	77	31	22	36	52	22	240	528
Pessoas Físicas	25.973	11.208	7.677	13.322	12.207	12.747	83.134	93.155
Total 30.06.2018	914.370	839.051	817.630	1.657.555	789.658	4.681.636	9.699.900	
Total 30.06.2017	936.204	741.047	694.555	1.354.346	1.056.734	6.119.402		10.902.288

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias

b.2) Créditos em Atraso

Parcelas Vencidas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2018	Total em 30.06.2017	
Rural	197	17	75	249	154	2.097	2.789	5.262	
Indústria	3.926	3.827	3.942	11.295	21.376	87.383	131.749	105.788	
Governo	19	19	18	56	112	410	634	208.094	
Outros Serviços	7.212	5.036	4.819	15.618	23.200	77.742	133.627	196.380	
Comércio	16.190	12.308	9.441	20.088	29.944	65.958	153.929	22	
Pessoas Físicas	237	264	258	524	856	1.818	3.957	4.218	
Total 30.06.2018	27.781	21.471	18.553	47.830	75.642	235.408	426.685		
Total 30.06.2017	28.862	26.583	22.912	57.763	98.271	285.373		519.764	

Parcelas Vencidas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias ⁽²⁾	Total em 30.06.2018	Total em 30.06.2017
Rural	1	58	17	45	750	1.299	37.901	40.071	48.111
Indústria	1.223	8.970	23.512	3.322	10.671	10.010	1.094	58.802	30.988
Governo	-	24	-	-	-	-	-	24	-
Outros Serviços	4.582	5.365	9.864	3.894	66.518	16.506	497	107.226	298.088
Comércio	6.438	13.725	16.115	12.672	28.918	25.665	646	104.179	141.631
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	42
Habitação	-	-	-	-	-	7	-	7	231
Pessoas Físicas	59	845	769	1.016	2.513	3.987	13	9.202	14.226
Total 30.06.2018	12.303	28.987	50.277	20.949	109.370	57.474	40.151⁽¹⁾	319.511	
Total 30.06.2017	24.913	22.388	67.011	119.748	173.892	124.850	515		533.317

⁽¹⁾ Incluem os valores referentes às operações de crédito contratadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998.

⁽²⁾ Classificadas no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial

Notas Explicativas

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	30.06.2018				30.06.2017			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão ⁽²⁾	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.581.911	-	3.581.911	-	4.894.666	-	4.894.666	-
A	4.525.625	-	4.525.625	(22.628)	3.827.174	-	3.827.174	(19.136)
B	933.250	40.142	973.392	(9.734)	1.007.214	41.789	1.049.003	(10.490)
C	323.544	76.123	399.667	(11.990)	72.108	69.082	141.190	(4.235)
D	146.344	38.411	184.755	(18.476)	385.299	121.391	506.690	(50.669)
E	21.965	45.692	67.657	(20.297)	46.037	68.169	114.206	(34.262)
F	15.097	66.662	81.759	(40.879)	198.894	54.146	253.040	(126.520)
G	47.141	33.744	80.885	(56.620)	92.721	63.279	156.000	(109.200)
H	105.023	445.422	550.445	(550.445)	378.175	635.225	1.013.400	(1.013.400)
Total	9.699.900	746.196	10.446.096	(731.069)	10.902.288	1.053.081	11.955.369	(1.367.912)

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

⁽²⁾ Contempla os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, que autorizou a concessão de rebate e a repactuação de dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31.12.2011, com recursos oriundos do FNE e recursos mistos do FNE com outras fontes.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
Saldo Inicial da Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	950.848	1.431.088
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão no Período	223.686	376.742
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(443.465)	(439.918)
(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito	731.069	1.367.912
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	27.238	28.824
(+) Constituição de Provisão no Período	609	586
(-) Reversão de Provisão no Período	(151)	(922)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.e)	27.696	28.488
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	758.765	1.396.400

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	218.917	275.346
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	4.769	101.396
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	223.686	376.742
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	609	-
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(150)	(889)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 4)	224.145	376.402

f) Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	30.06.2018		30.06.2017	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Vinculados ao Comércio Internacional de Mercadorias	-	-	3.151	-
Outras Fianças Bancárias	450	-	450	-
Setor Público	21.779.951	3.196.136	20.824.126	3.271.346
FDNE (Notas 16.i e 22.f.2)	129.252	3.417	123.218	679
FNE (Notas 16.i e 22.f.2)	21.650.162	3.192.712	20.699.908	3.270.661
Proagro (Notas 16.i e 22.f.2)	537	7	1.000	6

g) Concentração de Crédito

Especificação	30.06.2018		30.06.2017	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	2.177.523	20,85	2.685.862	22,47
50 maiores devedores	4.266.027	40,84	4.837.495	40,46
100 maiores devedores	4.886.110	46,77	5.509.140	46,08

h) No 1º Semestre de 2018, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 55.320 (R\$ 41.156 em 30.06.2017) e as renegociações totalizaram R\$ 141.580 (R\$ 384.167 em 30.06.2017).

Notas Explicativas

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
a) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	1.015.405	389.452
b) Rendas a Receber	21.699	19.127
c) Negociação e Intermediação de Valores	12	12
d) Diversos	3.362.573	3.966.249
Créditos Tributários sobre Provisões para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 21.c)	1.337.400	1.534.505
Créditos Tributários sobre Provisões Atuariais (Nota 21.c)	661.396	646.253
Créditos Tributários sobre TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de <i>Hedge</i> (Notas 7.a.2, 7.c e 21.c)	273.682	281.841
Devedores por Depósitos em Garantia	384.738	718.323
Impostos e Contribuições a Compensar	179.095	62.328
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber (Nota 9.a.1)	46.655	330.042
Adiantamentos e Antecipações Salariais	36.402	36.685
Pagamentos a Ressarcir	14.277	13.463
Valores a Receber Bônus Rebate	299.509	191.910
Outros Valores	102.671	124.151
e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(36.048)	(301.873)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(8.351)	(273.385)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(27.697)	(28.488)
Total	4.363.641	4.072.967
Saldo de Curto Prazo	2.299.466	1.815.953
Saldo de Longo Prazo	2.064.175	2.257.014

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
Ativo – Outros Créditos (Nota 10)	1.015.405	389.452
Câmbio Comprado a Liquidar	964.183	371.159
Direitos sobre Vendas de Câmbio	21.866	8.816
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(3.634)	(201)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	32.990	9.678
Ativo Circulante (Nota 10)	1.015.405	389.452
Passivo – Outras Obrigações (Nota 16.b)	29.726	9.277
Obrigações por Compras de Câmbio	830.365	365.271
Câmbio Vendido a Liquidar	21.887	8.824
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(822.527)	(364.819)
Outros Valores	1	1
Passivo Circulante (Nota 16.b)	29.726	9.277

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017
Rendas de Câmbio	220.483	62.912
Despesas de Câmbio	(445)	(405)
Total	220.038	62.507

Notas Explicativas

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2017		01.01.2018 a 30.06.2018		30.06.2018		
	Saldo Contábil	331	Adições	Baixas	Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil
Ações e Cotas	331	331	-	-	331	331	331
Bens Artísticos e Valiosos	1.260	1.260	-	-	1.260	1.260	1.260
Total	1.591	1.591	-	-	1.591	1.591	1.591

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2017		01.01.2018 a 30.06.2018				30.06.2018		
	Saldo Contábil	72.802	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
Edificações	72.802	-	-	-	(2.839)	69.963	259.309	(189.346)	69.963
Sistema de Processamento de Dados	33.077	1.118	-	(879)	(7.991)	25.325	148.044	(122.719)	25.325
Móveis e Equipamentos	27.048	2.025	-	(157)	(2.544)	26.372	77.224	(50.852)	26.372
Terrenos	17.576	-	-	-	-	17.576	17.576	-	17.576
Instalações	4.417	-	-	(3)	(524)	3.890	19.095	(15.205)	3.890
Sistema de Comunicação	45	6	-	(1)	(6)	44	271	(227)	44
Sistema de Segurança	6.635	80	-	(48)	(628)	6.039	18.584	(12.545)	6.039
Sistema de Transporte	1.640	-	-	-	(702)	938	14.332	(13.394)	938
Total	163.240	3.229	-	(1.088)	(15.234)	150.147	554.435	(404.288)	150.147

c) Intangível

Especificação	31.12.2017		01.01.2018 a 30.06.2018			30.06.2018	
	Saldo Contábil	19.947	Adições	Baixas	Amortização	Saldo Contábil	Valor de Custo
Gastos com Intangíveis em Elaboração	19.947	-	-	-	-	19.947	19.947
Total	19.947	-	-	-	-	19.947	19.947

Em 30.06.2018 e 30.06.2017, não houve registro de *impairment* sobre o Ativo Permanente.

Notas Explicativas

NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2018	Total em 30.06.2017
Depósitos a Vista	238.300	-	-	-	-	-	238.300	288.938
Depósitos de Poupança	2.255.666	-	-	-	-	-	2.255.666	2.117.379
Depósitos Interfinanceiros	526.389	938.452	12.780	-	-	-	1.477.621	1.539.553
Depósitos a Prazo	643.685	1.694.163	3.859.160	675.852	996.038	17.547	7.886.445	7.018.593
Depósitos a Prazo	98.496	1.662.840	2.216.743	576.388	873.708	17.547	5.445.722	5.695.337
Depósitos Judiciais com Remuneração	537.503	-	-	-	-	-	537.503	557.307
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	1.591.221	67.637	67.637	-	1.726.495	546.427
FAT Recursos Disponíveis	2.723	7.937	10.762	6.690	4.726	-	32.838	30.470
FAT Recursos Aplicados	4.963	12.992	40.434	25.137	17.753	-	101.279	188.737
Outros	-	10.394	-	-	32.214	-	42.608	315
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	38.325	1.294.895	-	-	-	-	1.333.220	1.229.974
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	-	1.166.366	-	-	-	-	1.166.366	1.020.328
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	38.325	128.529	-	-	-	-	166.854	209.646
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	2.282.604	2.282.604	2.118.431
Total em 30.06.2018	3.702.365	3.927.510	3.871.940	675.852	996.038	3.300.151	16.473.856	15.312.868
Total em 30.06.2017								

Notas Explicativas

b) Depósitos

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
Depósitos a Vista	238.300	288.938
Depósitos de Governos	11.703	15.997
Depósitos Vinculados	67.465	117.998
Pessoas Jurídicas	120.403	110.592
Pessoas Físicas	37.811	44.070
Outros Valores	918	281
Depósitos de Poupança	2.255.666	2.117.379
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.526.279	1.425.898
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	728.662	690.772
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	725	709
Depósitos Interfinanceiros	1.477.621	1.539.553
Depósitos a Prazo	7.886.445	7.018.593
Depósitos a Prazo	5.445.722	5.695.337
Depósitos Judiciais com Remuneração	537.503	557.307
Outros Depósitos a Prazo	1.903.220	765.949
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Nota 27 e Nota 29)	134.117	219.207
Recursos Disponíveis (Nota 27)	32.838	30.470
Proger Urbano	391	1.226
Protrabalho	2.014	6.575
Infraestrutura	22.624	19.605
PNMPO	7.809	3.064
Recursos Aplicados (Nota 27)	101.279	188.737
Proger Urbano	10.169	11.486
Protrabalho	24.218	52.552
Infraestrutura	3.260	41.961
PNMPO	63.632	82.738
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos (Lei nº 8.167/91)	1.726.495	546.427
Outros Valores	42.608	315
Total	11.858.032	10.964.463
Saldo de Curto Prazo	6.296.602	5.882.463
Saldo de Longo Prazo	5.561.430	5.082.000

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
Carteira Própria	940.160	931.379
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	940.160	931.379
Carteira de Terceiros	113.813	61.455
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	113.813	61.455
Total	1.053.973	992.834
Saldo de Curto Prazo	1.045.419	989.906
Saldo de Longo Prazo	8.554	2.928

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017
Despesas de Captações	(532.795)	(572.559)
Depósitos a Prazo	(165.714)	(314.391)
Depósitos de Poupança	(39.933)	(51.895)
Depósitos Judiciais	(17.091)	(26.012)
Depósitos Interfinanceiros	(20.768)	(23.380)
Depósitos Especiais	(55.255)	(37.337)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(228.161)	(113.242)
Outros Depósitos	(5.873)	(6.302)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(31.386)	(53.896)
Carteira de Terceiros	(3.396)	(3.741)
Carteira Própria	(27.990)	(50.155)
Total	(564.181)	(626.455)

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2018	Total em 30.06.2017
Empréstimos no Exterior	328.620	720.342	-	-	-	-	1.048.962	493.379
Repasses do País	32.720	100.709	311.460	324.501	437.687	45.776	1.252.853	1.607.310
Repasses do Exterior	30.059	137.876	196.211	201.624	93.790	-	659.560	705.346
Total em 30.06.2018	391.399	958.927	507.671	526.125	531.477	45.776	2.961.375	
Total em 30.06.2017								2.806.035

Notas Explicativas

b) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2018	30.06.2017
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,00	468	447
BNDES		1.178.135	1.503.240
Programa de Operações Conjuntas (POC)	Pré 1,5 a 11,10/TJLP + 0,00 a 4,00/IPCA +	805.146	1.111.406
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	9,41/Variação Cambial + 2,00 a 4,00	372.989	391.834
Finame		74.250	103.623
Programa Automático	Pré 1,5 a 7,00/TJLP + 0,00 a 4,00/Variação Cambial +	53.368	81.833
Programa Agrícola	2,00 a 4,00	20.882	21.790
Total (Nota 29.a.1)		1.252.853	1.607.310
Saldo de Curto Prazo		133.429	160.759
Saldo de Longo Prazo		1.119.424	1.446.551

c) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2018	30.06.2017
BID-Prodetur I	USD + 4,40	167.763	239.947
BID-Prodetur II	USD + 3,25	485.434	458.973
BID-Outros Programas	USD + 3,25	6.363	6.426
Total		659.560	705.346
Saldo de Curto Prazo		167.935	143.349
Saldo de Longo Prazo		491.625	561.997

d) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 30.06.2018	01.01. a 30.06.2017
Despesas de Obrigações por Repasses	(206.046)	(115.301)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(67.365)	(56.872)
Tesouro Nacional	(19)	-
BNDES	(65.247)	(55.374)
Finame	(2.099)	(1.498)
Despesas de Repasses do Exterior	(138.681)	(58.429)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(208.931)	(48.346)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(757.092)	(990.864)
Total	(1.172.069)	(1.154.511)

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 30.06.2018 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.06.2018 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.06.2017 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4.375	300.000	1.165.898	1.166.366	1.020.328
Total					1.165.898	1.166.366	1.020.328
Saldo de Curto Prazo						1.166.366	7.995
Saldo de Longo Prazo						-	1.012.333

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

⁽³⁾

Conforme Nota 7.c.1, as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	30.06.2018	30.06.2017
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) ⁽¹⁾	81,21% CDI	162.138	166.854	209.646
Saldo de Curto Prazo			166.787	209.646
Saldo de Longo Prazo			67	-

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 170 dias.

Notas Explicativas

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	83.879	21.481
Recursos do Proagro	996	1.236
Recebimento de Tributos Federais	80.448	15.248
IOF a Recolher	779	1.332
Outros Tributos e Assemelhados	1.656	3.665
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	29.726	9.277
c) Sociais e Estatutárias	69.076	89.754
Dividendos e Bonificações a Pagar	53.705	69.537
Participações nos Lucros	15.371	20.217
d) Fiscais e Previdenciárias	447.445	247.456
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	132.129	142.609
TVM e IFD (Nota 21.d)	5.289	36.694
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 21.d)	-	1.012
Decorrentes de Créditos Recuperados e Item Objeto de <i>Hedge</i> (Nota 21.d)	126.840	104.903
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)	234.863	25.687
Imposto de Renda	127.957	13.589
Contribuição Social	106.906	12.098
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	80.453	79.160
e) Negociação e Intermediação de Valores	153	153
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	26.859.710	21.793.142
FNE (Nota 29.a.1)	25.950.367	20.858.342
Outros Valores	909.343	934.800
g) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 17 e 29.a.1)	1.000.000	1.000.000
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Notas 18 e 29.a.1)	2.282.604	2.118.431
i) Diversas	6.015.009	5.986.782
Provisão para Contingências	374.446	384.047
Trabalhistas (Nota 22.f.1.ii)	190.700	174.279
Cíveis (Nota 22.f.1.iii)	133.530	124.681
Outras (Nota 22.f.1.iv)	34.574	15.498
Fiscais (Nota 22.f.1.i)	15.642	69.589
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 22.f.2)	3.196.136	3.271.346
FNE (Nota 9.f)	3.192.712	3.270.661
Repasse	1.414	1.184
Risco Integral BNB	67.974	148.029
Risco Compartilhado	3.123.324	3.121.448
FDNE (Nota 9.f)	3.417	679
Proagro	7	6
Passivos Atuariais	1.752.464	1.623.324
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 25.f e 29.a.2)	423.954	379.762
Plano de Assistência Médica (Notas 25.f e 29.a.2)	1.192.791	1.120.145
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 25.f e 29.a.2)	135.719	123.417
Provisão para Pagamentos a Efetuar	381.307	336.725
Despesa de Pessoal	225.737	229.250
Outros Valores	94.119	62.783
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	61.451	44.692
Outros Valores	310.656	371.340
Total	36.787.602	31.266.476
Saldo de Curto Prazo	6.949.373	11.025.360
Saldo de Longo Prazo	29.838.229	20.241.116

NOTA 17 – Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP)

Em 19.01.2016, o Banco e a União Federal celebraram contrato de mútuo, no valor de R\$ 1.000.000, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no artigo 16 da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31.12.2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20.02.2014, todas do CMN.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Notas Explicativas

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Bacen.

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.06.2018	30.06.2017
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 16.g e 29.a.1)	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016	1.000.000	1.000.000
Saldo de Longo Prazo				1.000.000	1.000.000

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) ⁽¹⁾	2.282.604	2.118.431
Recursos disponíveis	1.675.728	1.621.165
Recursos aplicados	606.876	497.266
Total (Notas 16.h e 29.a.1)	2.282.604	2.118.431

⁽¹⁾ São constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000 de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 2.844.000 (R\$ 2.844.000 em 30.06.2017), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Especificação	30.06.2018		30.06.2017	
	Quantidade das Ações	% do Capital	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.205.568	34,97	30.208.518	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.217.900	7,20	6.221.650	7,20
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	3.846.968	4,45	3.846.968	4,45
Outros	2.051.581	2,38	2.044.881	2,37
Total	86.371.464	100,00	86.371.464	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 11.592 (R\$ 12.829 em 30.06.2017) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008, do CMN. No período, houve transferência de R\$ 177 (R\$ 2.069 em 30.06.2017) para Lucros ou Prejuízos Acumulados e compôs a base de cálculo de distribuição do resultado.

c) Dividendos/JCP

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no semestre, ajustado conforme definido em Lei.

A Diretoria propõe ao Conselho de Administração, o pagamento de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), no valor de R\$ 53.537 (R\$ 69.233 em 30.06.2017) sendo R\$ 53.372 (R\$ 69.020 em 30.06.2017) imputados aos dividendos antecipados do exercício, correspondente a 25% sobre o lucro líquido ajustado do semestre.

Os JCP foram contabilizados em despesas, mas, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. O total dos JCP no semestre proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 23.770 (R\$ 30.324 em 30.06.2017).

Notas Explicativas**d) Demonstrativo de cálculo dos JCP:**

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
1. Lucro Líquido do Semestre	231.818	298.041
2. Reserva Legal Constituída	(11.591)	(14.902)
3. Ajustes Devedores em Lucros ou Prejuízos Acumulados	(12.691)	(12.035)
4. Reserva de Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados	177	2.069
5. Ajustes Credores em Lucros ou Prejuízos Acumulados	5.768	2.898
6. Base de Cálculo dos Dividendos e JCP	213.481	276.071
7. Dividendos sob a forma de JCP propostos no semestre	53.537	69.233
8. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(165)	(213)
9. JCP imputados aos dividendos (item 7- item 8)	53.372	69.020
10. Valor bruto dos JCP: 25,08% (item 7 sobre item 6) (25,08% em 30.06.2017)	53.537	69.233
JCP de R\$ 0,6198445865 por ação (em 30.06.2017: JCP de R\$ 0,801575959 por ação)	53.537	69.233
11. Valor líquido dos JCP: 25,00% (item 9 sobre item 6) (25,00% em 30.06.2017)	53.372	69.020

e) Reserva Legal

A Reserva Legal corresponde a 5% sobre o lucro líquido apurado no semestre e importa em R\$ 11.591 (R\$ 14.902 em 30.06.2017).

f) Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária representa o saldo remanescente do lucro líquido apurado no semestre após a constituição da Reserva Legal e a distribuição de JCP/Dividendos, e corresponde a R\$ 159.944 (R\$ 206.838 em 30.06.2017).

g) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda	(67.881)	30.659
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego)	126.871	(324.710)
Ajuste de Avaliação Patrimonial⁽¹⁾	58.990	(294.051)

⁽¹⁾ Líquidos do Efeitos Tributários

Notas Explicativas**NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais**

Especificação	01.01. a 30.06.2018	01.01. a 30.06.2017
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.180.580	1.156.523
Administração de Fundos de Investimentos	19.420	16.276
Administração de Fundos e Programas	923.151	943.331
Prestação de Serviços	238.009	196.916
b) Rendas de Tarifas Bancárias	36.379	32.763
c) Despesas de Pessoal	(942.990)	(916.557)
Proventos	(538.466)	(542.681)
Encargos Sociais	(197.367)	(195.493)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(50.766)	(49.352)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(72.993)	(45.947)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(5.501)	(4.807)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(77.897)	(78.277)
d) Outras Despesas Administrativas	(632.692)	(597.357)
Processamento de Dados	(129.912)	(125.786)
Propaganda e Publicidade	(14.449)	(8.749)
Serviços de Terceiros	(280.143)	(238.493)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(35.381)	(40.336)
Viagens	(8.295)	(6.919)
Comunicações	(12.963)	(17.151)
Depreciação e Amortização	(15.234)	(20.215)
Manutenção e Conservação de Bens	(23.656)	(24.669)
Vigilância, Segurança e Transporte	(45.878)	(43.683)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(4.587)	(4.169)
Serviços do Sistema Financeiro	(14.941)	(19.339)
Serviços Técnicos Especializados	(16.956)	(13.653)
Seguros	(910)	(1.038)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(20.756)	(22.082)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(863)	(1.252)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(2.978)	(3.088)
FUNDECI-Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	-	(3.000)
Outros Valores	(4.790)	(3.735)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.e)	(153.252)	(147.801)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(135.352)	(132.111)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(16.581)	(14.260)
Outros Valores	(1.319)	(1.430)
f) Outras Receitas Operacionais	947.577	854.079
"Del credere" de Fundos Administrados	660.907	643.687
Variação Cambial Negativa de Empréstimos	69.563	69.204
Variação Cambial Negativa Despesa de Captação	43.680	47.940
Variação Cambial Negativa Reclassif Despesa Obrigação do Fundo Financeiro de Desenvolvimento	2.187	2.631
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	1.197	412
Recuperação de Encargos e Despesas	2.889	2.716
Reversão de Provisões Operacionais	5.656	7.325
Juros e Comissões	839	2.204
Correção Monetária	789	47
Resultado da Marcação a Mercado	-	3.604
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	152.042	48.945
Outros Valores	7.828	25.364
g) Outras Despesas Operacionais	(707.380)	(719.740)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(1.667)	(1.201)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(67.967)	(74.611)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(16)	(30.219)
Descontos Concedidos em Renegociações	(21.640)	(15.565)
Encargos de Operações de Crédito	(2.172)	(9.714)
Riscos Fiscais	(2.313)	(4.687)
Riscos com Operações do FNE	(406.772)	(391.849)
Riscos com Operações do FDNE	(2.782)	(75)
Causas Trabalhistas	(25.913)	(12.190)
Causas Cíveis	(23.023)	(3.280)
Outras Causas	(1.820)	(4.145)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(61.451)	(45.233)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(50.162)	(79.946)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(26.975)	(25.611)
Outros Valores	(12.707)	(21.414)
Total	(271.778)	(338.090)

Notas Explicativas

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	438.889	286.585	438.889	286.585
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(14.060)	(19.031)	(14.060)	(19.031)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(53.537)	(69.233)	(53.537)	(69.233)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP	371.292	198.321	371.292	198.321
Adições/Exclusões Permanentes	176.314	(14.446)	175.351	(14.402)
Adições/Exclusões Temporárias	(12.113)	(123.428)	(12.113)	(123.428)
Resultado Tributável	535.493	60.447	534.530	60.491
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(133.861)	(15.099)	(106.906)	(12.098)
Deduções (Incentivos Fiscais)	5.904	1.511	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	80	(785)	64	(628)
Provisão de Tributos sobre Ajustes de LPA	(127.877)	(14.373)	(106.842)	(12.726)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	(1.948)	(4.227)	(384)	(2.301)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(129.825)	(18.600)	(107.226)	(15.027)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	39.534	52.780	4.506	11.334
Total de IRPJ/CSLL	(90.291)	34.180	(102.720)	(3.693)
Alíquota Efetiva (%)	24,32	(17,23)	27,67	(1,86)
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	127.877	14.374	106.842	12.726
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	80	(785)	64	(628)
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	127.957	13.589	106.906	12.098
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(95.246)	(27.041)	(60.074)	(23.206)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	32.711	(13.452)	46.832	(11.108)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
Resultado Antes dos Tributos e Participações	438.889	286.585
Encargo total de 45% - IRPJ (25%) e CSLL (20%)	(197.500)	(128.963)
Demonstrativo de Carga Tributária:		
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(193.011)	30.487
Acréscimo/Decréscimo aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes:	(4.489)	(159.450)
PLR/JCP	(30.419)	(39.719)
Ganhos e Perdas Atuariais	83.916	(146.120)
Outras Rendas / FNE/Del Credere/Ops Repasse-Lei 7827-ART. 9º-A	(7.605)	(7.117)
Diferenças Temporárias - Outras Provisões (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Outras Causas)	20.335	(8.821)
Diferenças Temporárias sobre Provisões Atuariais	(107.959)	15.539
Diferenças Temporárias - Operações c/Reembolso Maior que 10 anos	20.635	(3.516)
Recuperação da MP-517 - receitas renegociadas mas não recebidas	(1.778)	(613)
Diferença de Alíquota - CSLL (de 20% para 15%)	21.603	30.413
Demais (Incentivos Fiscais, Adições/Exclusões Permanentes)	(3.217)	504
Total da Carga Tributária Conciliada	(197.500)	(128.963)

c) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os Créditos tributários de IRPJ e CSLL oriundos de diferenças temporárias das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e Provisões para Benefícios Pós-Emprego são registrados conforme disposições das principais normas, quais sejam: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002, Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002 e Instrução Normativa CVM nº 371, de 27.06.2002 e são fundamentados em Estudos Técnicos sobre Constituição de Ativos e Passivos Fiscais Diferidos, realizados semestralmente.

Notas Explicativas

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Quanto aos créditos tributários sobre Provisões para Passivos Contingentes (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais) - Conforme preconiza o artigo 1º, inciso II, da Resolução CMN n.º 3.059, de 20.12.2002, para o registro contábil dos créditos tributários é necessário que haja expectativa de realização dos mesmos no prazo máximo de 10 (dez) anos. Por não haver um horizonte do desenlace das questões relacionadas aos processos judiciais que estiverem provisionados, o Banco, por prudência, não realiza constituição de Ativo Fiscal Diferido sobre estas provisões.

Especificação	30.06.2018		30.06.2017		30.06.2018	30.06.2017
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões (PCLD)						
Saldo Inicial	802.220	526.293	939.423	655.350	1.328.513	1.594.773
Constituição	202.085	165.717	543.417	449.650	367.802	993.067
Realização/Reversão	(186.041)	(172.874)	(568.279)	(485.056)	(358.915)	(1.053.335)
Saldo Final (Nota 10.d)	818.264	519.136	914.561	619.944	1.337.400	1.534.505
b) Provisões Atuariais						
Saldo Inicial	297.265	183.822	328.578	209.065	481.087	537.643
Constituição	26.480	17.145	82.497	51.091	43.625	133.588
Realização/Reversão	-	(3.688)	(13.877)	(11.101)	(3.688)	(24.978)
Saldo Final (Nota 10.d)	323.745	197.279	397.198	249.055	521.024	646.253
c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	3.140	1.884	-	-	5.024	-
Realização/Reversão	(3.119)	(1.871)	-	-	(4.990)	-
Saldo Final (Nota 7.c)	21	13	-	-	34	-
d) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	3.128	1.876	2.632	1.579	5.004	4.211
Constituição	4.140	2.484	4.335	2.601	6.624	6.936
Realização/Reversão	(7.151)	(4.290)	(1.999)	(1.200)	(11.441)	(3.199)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	117	70	4.968	2.980	187	7.948
Efeito no Patrimônio Líquido						
e) TVM						
Saldo Inicial	164.744	105.550	174.065	110.746	270.294	284.811
Constituição	48.382	28.614	64.703	44.072	76.996	108.775
Realização/Reversão	(43.573)	(30.256)	(71.624)	(48.069)	(73.829)	(119.693)
Saldo Final (Nota 7.a.1)	169.553	103.908	167.144	106.749	273.461	273.893
f) Ajustes de Avaliação Atuarial						
Saldo Inicial	123.730	76.250	-	-	199.980	-
Constituição	-	-	-	-	-	-
Realização/Reversão	(36.508)	(23.100)	-	-	(59.608)	-
Saldo Final (Nota 10.d)	87.222	53.150	-	-	140.372	-

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017
1. Total das Diferenças Temporárias	6.259.701	6.549.464	6.259.701	6.549.464
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.564.925	1.637.366	1.220.177	1.309.893
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.229.231	1.311.759	769.565	868.999
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	169.691	172.112	103.991	109.729
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	1.398.922	1.483.871	873.556	978.728
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	166.003	153.495	346.621	331.165

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos.

Notas Explicativas

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa-PCLD, na posição de 30.06.2018, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%)	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	6,62	140.848	136.406	112.679	109.125	253.527	245.531
2019	8,08	290.825	260.596	174.495	156.358	465.320	416.954
2020	8,25	84.216	69.711	50.530	41.827	134.746	111.538
2021	8,12	58.666	44.915	35.200	26.949	93.866	71.864
2022	8,12	80.104	56.722	48.062	34.033	128.166	90.755
2023	8,12	92.934	60.864	55.760	36.519	148.694	97.383
2024	8,12	19.569	11.854	11.742	7.112	31.311	18.966
2025	8,12	17.895	10.026	10.737	6.015	28.632	16.041
2026	8,12	15.734	8.153	9.441	4.892	25.175	13.045
2027	8,12	12.017	5.759	7.210	3.456	19.227	9.215
Acima de 2027	8,12	5.456	3.492	3.280	2.100	8.736	5.592
Total		818.264	668.498	519.136	428.386	1.337.400	1.096.884

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Provisões Atuariais, na posição de 30.06.2018, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%)	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	6,62	19.245	18.637	15.396	14.910	34.641	33.547
2019	8,08	37.425	33.535	22.455	20.121	59.880	53.656
2020	8,25	38.452	31.829	23.071	19.097	61.523	50.926
2021	8,12	39.363	30.136	23.618	18.082	62.981	48.218
2022	8,12	40.250	28.501	24.150	17.101	64.400	45.602
2023	8,12	41.173	26.965	24.704	16.179	65.877	43.144
2024	8,12	42.136	25.523	25.282	15.314	67.418	40.837
2025	8,12	43.003	24.092	25.802	14.455	68.805	38.547
2026	8,12	43.919	22.757	26.351	13.654	70.270	36.411
2027	8,12	44.570	21.361	26.742	12.816	71.312	34.177
Acima de 2027	8,12	21.431	13.723	12.858	8.234	34.289	21.957
Total		410.967	277.059	250.429	169.963	661.396	447.022

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e de Item Objeto de *Hedge* apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos, conforme abaixo:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	31.967	31.967	21.355	21.355	53.322	53.322
2019	1.610	1.610	966	966	2.576	2.576
2020	127	127	76	76	203	203
2021	481	481	289	289	770	770
2022	507	507	304	304	811	811
2023	507	507	304	304	811	811
2024	881	881	529	529	1.410	1.410
Acima de 2027	133.611	133.612	80.168	80.168	213.780	213.780
Total	169.691	169.692	103.991	103.991	273.683	273.683

Notas Explicativas

Os valores totais previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 30.06.2018 estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil ⁽²⁾	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	192.060	187.010	149.430	145.390	341.490	332.400
2019	329.860	295.741	197.916	177.445	527.776	473.186
2020	122.795	101.667	73.677	61.000	196.472	162.667
2021	98.510	75.532	59.107	45.320	157.617	120.852
2022	120.861	85.730	72.516	51.438	193.377	137.168
2023	134.614	88.336	80.768	53.002	215.382	141.338
2024	62.586	38.258	37.553	22.955	100.139	61.213
2025	60.898	34.118	36.539	20.470	97.437	54.588
2026	59.653	30.910	35.792	18.546	95.445	49.456
2027	56.587	27.120	33.952	16.272	90.539	43.392
Acima de 2027	160.498	150.827	96.306	90.502	256.804	241.329
Total	1.398.922	1.115.249	873.556	702.340	2.272.478	1.817.589

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2018

⁽²⁾ Considerando a alíquota de 20% até 31.12.2018 e 15% a partir de 01.01.2019.

d) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	30.06.2018		30.06.2017		30.06.2018	30.06.2017
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	3.155	1.893	2.661	1.597	5.048	4.258
Constituição	4.131	2.478	4.337	2.602	6.609	6.939
Realização/Reversão	(7.149)	(4.289)	(2.001)	(1.200)	(11.438)	(3.201)
Saldo Final (Nota 7.c e 16.d)	137	82	4.997	2.999	219	7.996
b) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	80	64	1.281	1.025	144	2.306
Constituição	-	-	25	20	-	45
Realização/Reversão	(80)	(64)	(744)	(595)	(144)	(1.339)
Saldo Final (Nota 16.d)	-	-	562	450	-	1.012
c) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	73.219	46.460	61.352	40.761	119.679	102.113
Constituição	4.966	2.282	2.311	1.499	7.248	3.810
Realização/Reversão	-	(87)	(421)	(599)	(87)	(1.020)
Saldo Final (Nota 16.d)	78.185	48.655	63.242	41.661	126.840	104.903
d) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	3.142	1.885	-	-	5.027	-
Realização/Reversão	(3.142)	(1.885)	-	-	(5.027)	-
Saldo Final (Nota 16.d)	-	-	-	-	-	-
Efeito no Patrimônio Líquido						
e) TVM						
Saldo Inicial	24.848	15.139	12.311	8.359	39.987	20.670
Constituição	78.471	47.510	158.312	95.045	125.981	253.357
Realização/Reversão	(100.153)	(60.745)	(152.831)	(92.498)	(160.898)	(245.329)
Saldo Final (Nota 7.a.1 e Nota 16.d)	3.166	1.904	17.792	10.906	5.070	28.698

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	19	19	16	16	35	35
2019	160	160	96	96	256	256
2022	339	339	203	203	542	542
2023	2.785	2.785	1.671	1.671	4.456	4.456
Total	3.303	3.303	1.986	1.986	5.289	5.289

Notas Explicativas

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	6,62	8.725	8.450	6.980	6.760	15.705	15.210
2019	8,08	13.210	11.837	7.926	7.102	21.136	18.939
2020	8,25	11.666	9.657	7.000	5.794	18.666	15.451
2021	8,12	8.343	6.387	5.006	3.832	13.349	10.219
2022	8,12	7.766	5.499	4.659	3.299	12.425	8.798
2023	8,12	6.915	4.529	4.149	2.717	11.064	7.246
2024	8,12	5.897	3.572	3.538	2.143	9.435	5.715
2025	8,12	5.541	3.104	3.325	1.863	8.866	4.967
2026	8,12	2.150	1.114	1.290	668	3.440	1.782
2027	8,12	1.725	827	1.035	496	2.760	1.323
Acima de 2027	6,62	6.247	4.001	3.747	2.400	9.994	6.401
Total		78.185	58.977	48.655	37.074	126.840	96.051

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2018.

Os valores totais das provisões dos Passivos Tributários, previstos para baixa, na posição de 30.06.2018, estão a seguir demonstrados:

Total dos Passivos Tributários em R\$ Mil						
Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil ⁽²⁾	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	8.744	8.469	6.996	6.776	15.740	15.245
2019	13.370	11.997	8.022	7.198	21.392	19.195
2020	11.666	9.657	7.000	5.794	18.666	15.451
2021	8.343	6.387	5.006	3.832	13.349	10.219
2022	8.105	5.838	4.862	3.502	12.967	9.340
2023	9.700	7.314	5.820	4.388	15.520	11.702
2024	5.897	3.572	3.538	2.143	9.435	5.715
2025	5.541	3.104	3.325	1.863	8.866	4.967
2026	2.150	1.114	1.290	668	3.440	1.782
2027	1.725	827	1.035	496	2.760	1.323
Acima de 2027	6.247	4.001	3.747	2.400	9.994	6.401
Total	81.488	62.280	50.641	39.060	132.129	101.340

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2018

⁽²⁾ Considerando a alíquota de 20% até 31.12.2018 e 15% a partir de 01.01.2019.

e) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(135.352)	(132.111)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(16.581)	(14.260)
Outros Valores	(1.319)	(1.430)
Total (Nota 20.e)	(153.252)	(147.801)

NOTA 22 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

Especificação	30.06.2018		30.06.2017	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) Provisão para Contingências				
a.1) Fiscais (Nota 22 f.1.i)	2.944.471	15.642	3.344.920	69.589
i) Obrigação Legal	2.086	2.086	920	920
ii) Outras Obrigações-Diversas	2.942.385	13.556	3.344.000	68.669
Provável	13.556	13.556	68.669	68.669
Possível	2.773.968	-	3.142.549	-
Remota ⁽¹⁾	154.861	-	132.782	-
a.2) Trabalhistas	457.429	190.700	467.873	174.279
Provável (Nota 22 f.1.ii)	190.700	190.700	174.279	174.279
Possível	149.219	-	153.706	-
Remota	117.510	-	139.888	-
a.3) Causas Cíveis	6.468.138	133.530	6.135.420	124.681
Provável (Nota 22 f.1.iii)	133.530	133.530	124.681	124.681
Possível	1.192.606	-	1.154.822	-
Remota ⁽²⁾	5.142.002	-	4.855.917	-
a.4) Outras Contingências (Nota 22 f.2.iv)				
i) Operações Securitizadas ⁽³⁾	6.737	6.737	11.496	11.496
ii) Outras	885.753	27.837	753.084	4.002
Provável	27.837	27.837	4.002	4.002
Possível	14.851	-	1.795	-
Remota	843.065	-	747.287	-

⁽¹⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 01 (um) processo que apresenta saldo de R\$ 119.732, na posição de 30.06.2018 (R\$ 111.334 em 30.06.2017).

⁽²⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 04 (quatro) processos que apresentam saldo de R\$ 2.907.567, na posição de 30.06.2018. Na posição de 30.06.2017 representavam R\$ 2.836.665 alusivos a 05 (cinco) processos. Discriminação dos processos: i) contribuição extraordinária de benefício pós-emprego e pagamento de honorários advocatícios – R\$ 1.852.705, em 30.06.2018 (R\$ 1.615.992 em 30.06.2017); ii) danos emergentes e lucros cessantes de não prestação de assistência técnica – R\$ 437.235 (R\$ 379.985 em 30.06.2017); iii) pagamento de multa, por inclusão indevida em sistema de restrição cadastral - R\$ 400.265 (R\$ 349.020 em 30.06.2017); iv) repetição de indébito, indenização por danos morais e lucros cessantes - R\$ 219.070 (R\$ 191.080 em 30.06.2017)

⁽³⁾ Referem-se ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, que se encontram registradas em contas de compensação.

- b)** O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
- c)** Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no quadro acima, têm como objeto de discussão os tributos municipais.
- d)** A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

Cinco ações que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem R\$ 2.541.227 na data base de 30.06.2018 (R\$ 2.975.295 em 30.06.2017).

Cível

Ação que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2018, R\$ 264.292 (R\$ 230.524 em 30.06.2017).

Ação que visa repetição de indébito. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2018, R\$ 73.751 (R\$ 64.310 em 30.06.2017).

Ação que visa indenização. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2018, R\$ 131.059 (R\$ 95.351 em 30.06.2017).

Ação que visa pagamento de indenização danos morais e honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2018, R\$ 79.584 (R\$ 44.906 em 30.06.2017).

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor, de risco possível, perfaz, na data-base de 30.06.2018, R\$ 56.869 (R\$ 51.439 em 30.06.2017).

Notas Explicativas

- e) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, estão assim representados:

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
Demandas Trabalhistas	84.543	483.643
Demandas Fiscais	134.163	130.218
Demandas Cíveis	77.380	73.944
Total	296.086	687.805

Movimentação das Provisões

f.1) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	30.06.2018					30.06.2017				
	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Baixa	Saldo Final	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Baixa	Saldo Final
i) Fiscais (Nota 16.i)	13.328	2.397	(83)	-	15.642	64.902	5.008	(321)	-	69.589
ii) Trabalhistas (Nota 16.i)	169.253	33.980	(8.584)	(3.949)	190.700	172.866	19.330	(7.580)	(10.337)	174.279
iii) Cíveis (Nota 16.i)	116.349	33.967	(10.944)	(5.842)	133.530	166.126	57.861	(55.194)	(44.112)	124.681
iv) Outras (Nota 16.i)	26.425	1.747	(335)	-	27.837	899	3.124	(21)	-	4.002

f.2) Provisões para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	30.06.2018				30.06.2017			
	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão/Utilização/Baixa	Saldo Final	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão/Utilização/Baixa	Saldo Final
i) FNE (Nota 16.i)	3.083.952	959.818	(851.058)	3.192.712	3.229.308	1.047.987	(1.006.634)	3.270.661
ii) FDNE (Nota 16.i)	636	2.781	-	3.417	604	590	(515)	679
iii) Proagro (Nota 16.i)	-	7	-	7	1.088	9	(1.091)	6

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	30.06.2018	30.06.2017
Máxima	40.743,64	39.548,87
Mínima	1.643,01	1.570,32
Média	10.681,09	10.427,58

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	01.01 a	01.01 a	01.01 a	01.01 a	01.01 a	01.01 a
	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	652.035,13	446.262,79	39.231,67	25.400,22	37.934,87	31.115,26
Menor remuneração individual ⁽³⁾	319.552,16	284.788,76	30.062,62	25.400,22	30.004,63	25.400,22
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	598.139,91	524.258,92	31.228,83	25.108,42	30.208,79	26.549,96
Número de membros ⁽⁵⁾	6,33	6,83	6,17	6,50	5,50	4,83

⁽¹⁾ Valores aprovados na 64ª reunião da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24.03.2017.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 30.06.2018, o número de funcionários do Banco totalizava 6.989 (7.187 em 30.06.2017), registrando-se uma redução de 2,78% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos Empregados, no semestre, corresponde a R\$ 13.384 (R\$ 17.308 em 30.06.2017), o que equivale a 5,77% do lucro líquido do semestre (5,81% em 30.06.2017) e 25,00% (25,00% em 30.06.2017) sobre os dividendos pagos na forma de JCP. A despesa de PLR em 30.06.2018 importa em R\$ 14.060 (R\$ 19.131 em 30.06.2017), sendo R\$ 13.384 referente aos Empregados e R\$ 676 aos Administradores.

Notas Explicativas

Os valores pagos de PLR aos Empregados importaram em R\$ 30.259 (R\$ 23.945 em 30.06.2017) e aos administradores R\$ 862 (R\$ 739 em 30.06.2017).

NOTA 25 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações fornecidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Camed) e Banco.

a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar denominados, Benefícios Definidos (BD) e Contribuição Variável (CV I) administrados pela Capef, entidade fechada de previdência complementar, que oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes

Em termos gerais, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano até a data de aposentadoria do participante. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, de forma geral, 78,75% do salário de contribuição médio.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD) e a segunda na forma de renda vitalícia na modalidade Benefício Definido (BD). Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios não programados, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados pelo Banco como benefício definido.

O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos. O Fundo de Solvência Atuarial é formado por valores recebidos mensalmente dos participantes, a partir da aplicação da taxa de solvência atuarial sobre o valor das contribuições de participantes ativos; saldo da conta de patrocinador relativo ao participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate e pelo valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em virtude de aposentadoria por invalidez, tendo retornado à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora. O Fundo Mutualista para Benefícios de Risco é constituído a partir da aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições recebidas mensalmente dos participantes ativos.

Segundo o estatuto da entidade, são responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios, sendo formado por representantes do Banco, por participantes ativos e representante dos participantes e beneficiários assistidos.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto e nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão.

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

Notas Explicativas

a.1.1) Regime Atuarial no âmbito dos Planos Administrados pela Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

a.2.1) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Camed, denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O plano natural está adaptado à Lei nº 9.656 de 03.06.1998, que regulamenta os planos de saúde no Brasil. A Camed encontra-se registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão regulador do setor, sob o número 38.569-7.

A Camed está sujeita à constituição de garantias financeiras estabelecidas pela ANS, para atendimento aos requisitos de Patrimônio Mínimo Ajustado exigido para operação, Margem de Solvência e constituição de Provisões Técnicas no que diz respeito a garantir os pagamentos à rede de prestadores de serviços, mediante vinculação de ativos garantidores na forma estabelecida pela regulamentação.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa, sendo formado por representantes do Banco e do Corpo Social. A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente e no Estatuto da Camed.

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, essencialmente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

a.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

Em 2016, a Camed iniciou a devolução das contribuições anteriormente antecipadas pelo Banco, da seguinte forma: a) em pagamento único: R\$ 22.504; e b) o saldo restante em parcelas mensais de R\$ 443.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios aos seus empregados, contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas por faixas etárias, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2018. Os ex-empregados aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio.

a.3.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2018, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CV I, ao plano de assistência médica, plano Natural, e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

Notas Explicativas

a.3.2) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 30.06.2018, a relação contributiva de 1:1 (Em 30.06.2017, 1:1).

a.4) Exposição ao risco

Os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo estão expostos, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural	Risco Atuarial	O risco atuarial está relacionado à incapacidade do plano de honrar os pagamentos dos benefícios, devido à adoção de tábuas atuariais inadequadas, utilização de premissas atuarias não aderentes ou ainda descasamento entre ativos e passivos. No caso de planos de saúde refere-se à atividade de prestação de serviços por meio de rede credenciada e/ou reembolso de eventos de saúde suplementar. Está relacionado tanto a adequação das bases técnicas utilizadas na precificação como também à adequação do nível de provisionamento. Em algum momento, eventuais desequilíbrios nestas duas variáveis refletem na sinistralidade da Operadora.
BD/ CV I/ Natural	Risco de Liquidez	O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre os ativos negociados e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de dispor de recursos imediatos para pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano.
BD/ CV I/ Natural	Risco Operacional/Legal	O risco operacional está associado a perdas resultantes da operação do plano e pode ser subdividido em quatro categorias: risco de pessoas (despreparo, negligência ou fraude); risco de processos (organização ineficiente, fluxo de informações e de processos deficiente, responsabilidades mal definidas, etc.); risco legal (decorrente de procedimentos e rotinas que desrespeitam o ordenamento jurídico); e risco de tecnologia (processamento de dados sujeitos a erros e falhas de equipamentos).
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco de Mercado	O risco de mercado está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios.
BD e CV I	Risco de Crédito	O risco de crédito surge quando as contrapartes não desejam ou não são capazes de cumprir suas obrigações contratuais. Seu efeito é medido pelo custo de reposição de fluxo de caixa em caso de inadimplência da contraparte. O rebaixamento da classificação por agências especializadas também pode gerar a elevação do risco de crédito, tendo em vista que a confiança dos investidores é impactada, podendo gerar redução no valor de mercado das organizações.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco de longevidade	O valor presente do passivo dos planos é calculado com a melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Natural	Risco de despesas administrativas	Risco gerado pela possibilidade das despesas administrativas serem superiores às estimadas na avaliação, aumentando o passivo atuarial.
BD/ Natural	Risco de postergação de entrada em aposentadoria	O valor presente do passivo do plano é calculado considerando uma possibilidade de postergação da entrada em aposentadoria, caso essa postergação não se efetive o valor do passivo tende a aumentar.
CV I	Risco de entrada em invalidez ou ocorrência de morte e cobertura de capitais complementares	Risco de o participante entrar em invalidez ou no caso de morte, sem a constituição de reserva suficiente para arcar com os benefícios.

a.5) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	Ativos	Assistidos	Total
Plano BD	1.497	4.928	6.425
Plano CV I	5.160	229	5.389
Plano Natural	6.543	5.023	11.566
Seguro de Vida em Grupo	4.948	3.544	8.492

Notas Explicativas

a.6) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Diariamente, os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizadas reuniões mensais do Comitê de Investimento, onde são discutidos os riscos envolvidos nas operações, impactos no plano, questões de enquadramentos e análise de cenário econômico, bem como são elaborados relatórios trimestrais de risco, com simulação da rentabilidade mensal e anual, confrontação dos retornos dos ativos com a meta atuarial ao longo do tempo, liquidez do plano projetada no longo prazo, fronteira eficiente de "Markovitz" para os fundos de renda variável; acompanhamento dos ativos de títulos privados, comentários sobre os investimentos das diversas carteiras de investimentos, o VaR dos segmentos de renda fixa e renda variável. Anualmente é realizado o estudo de *Asset Liability Management* (ALM) que objetiva auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e da situação financeira do plano. O resultado desse estudo permite que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os critérios para aplicações financeiras consideram os limites de alocação de recursos em conformidade com a regulamentação estabelecida pela ANS e o risco de crédito associado a essas aplicações é atenuado pela restrição de suas operações a instituição financeira considerada de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos e privados de renda fixa e curto prazo de vencimento. O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores de mensalidades e taxas que é mitigado pela possibilidade de cobrança em folha de pagamento e por meio de autorização de débito em conta corrente, bem como pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

b) Análise da Obrigação Atuarial

Na posição de 30.06.2018, os planos administrados pela Capef e Camed e o Seguro de Vida em Grupo encontram-se registrados, nas demonstrações financeiras do Banco, na seguinte situação:

b.1) Planos de Previdência Privada

i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 4.103.802 (R\$ 4.036.741 em 30.06.2017) encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 3.679.848 (R\$ 3.656.979 em 30.06.2017), resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 423.954 (R\$ 379.762 em 30.06.2017). A obrigação relativa aos participantes assistidos é de R\$ 3.426.664 (R\$ 3.251.620 em 30.06.2017) e aos participantes ativos é de R\$ 677.138 (R\$ 785.121 em 30.06.2017);

ii. Plano CV I: para os benefícios não programados (parte BD), que possuem características de plano de benefício definido, o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 14.000 (R\$ 13.691 em 30.06.2017) é inferior ao valor justo dos ativos do plano no montante de R\$ 46.531 (R\$ 34.365 em 30.06.2017), resultando em um superávit de R\$ 32.531 (R\$ 20.674 em 30.06.2017), que não está sendo reconhecido, pois se destina à formação do fundo de solvência e do fundo mutualista do plano.

b.2) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 1.312.221 (R\$ 1.241.671 em 30.06.2017) encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 119.430 (R\$ 121.526 em 30.06.2017), resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 1.192.791 (R\$ 1.120.145 em 30.06.2017). A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 1.003.654 (R\$ 945.703 em 30.06.2017) e aos participantes ativos é de R\$ 308.567 (R\$ 295.968 em 30.06.2017).

b.3) Seguro de vida em grupo: o valor presente das obrigações atuariais descobertas é de R\$ 135.719 (R\$ 123.417 em 30.06.2017), inexistindo ativos para esse plano.

Notas Explicativas

c) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Período	(4.161.598)	(3.870.805)	(21.807)	(12.024)
2. Custo dos Juros	(195.495)	(198.683)	(1.017)	(637)
3. Custo do Serviço Corrente	(4.281)	(4.237)	(232)	(94)
4. Benefícios Pagos pelo Plano	215.948	204.724	235	272
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(37.468)	(38.309)	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	(211)	(107)
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	-	-	-	-
8. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	79.092	(129.431)	9.032	(1.101)
8.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	(101.721)	(14.559)	8.548	(911)
8.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	180.813	(114.872)	484	(190)
9. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(4.103.802)	(4.036.741)	(14.000)	(13.691)

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.06.2018	30.06.2017
	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Período	(1.470.786)	(923.372)	(134.567)	(116.899)
2. Custo dos Juros	(69.884)	(47.701)	(6.380)	(6.099)
3. Custo do Serviço Corrente	(9.231)	(4.169)	(607)	(536)
4. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	41.040	39.898	5.210	5.639
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(9.532)	(9.169)	(1.585)	(1.528)
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	6.590	5.644	-	-
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	199.582	(302.802)	2.210	(3.994)
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	42.636	(284.949)	(10.490)	(991)
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Demográficas	-	-	-	-
7.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	156.946	(17.853)	12.700	(3.003)
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(1.312.221)	(1.241.671)	(135.719)	(123.417)

⁽¹⁾ Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

d) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017
1. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Período	3.750.382	3.507.687	44.629	29.300
2. Receita de Juros	177.607	181.391	2.205	1.658
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	37.598	35.522	665	745
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	119	218	668	747
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	37.468	38.309	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	211	106
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	-	-	-	-
8. Benefícios Pagos pelo Plano	(215.948)	(204.724)	(235)	(272)
9. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos ⁽²⁾	(107.378)	98.576	(1.612)	2.081
10. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	3.679.848	3.656.979	46.531	34.365

⁽¹⁾ Capef - Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos;

⁽²⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

Notas Explicativas

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.06.2018	30.06.2017
	30.06.2018	30.06.2017		
1. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Período	116.548	115.822	-	-
2. Receita de Juros	5.772	5.566	-	-
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	23.675	24.430	2.143	2.286
4. Devolução das Contribuições do Patrocinador	(2.660)	(2.589)	-	-
5. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	329	334	1.482	1.825
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	9.532	9.169	1.585	1.528
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(6.590)	(5.644)	-	-
8. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(41.040)	(39.898)	(5.210)	(5.639)
9. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos ⁽³⁾	13.864	14.336	-	-
10. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	119.430	121.526	-	-

⁽¹⁾ Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e aposentados/pensionistas;

⁽²⁾ Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e

⁽³⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

e) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito do Teto do Ativo

Especificação	Capef	
	Plano CV I	
	30.06.2018	30.06.2017
1. Efeito do Teto do Ativo no Início do Período	(22.822)	(17.275)
2. Juros sobre o Efeito do Teto	(1.188)	(1.021)
3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo	(8.521)	(2.378)
4. Efeito do Teto do Ativo no Fim do Período	(32.531)	(20.674)

f) Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos, com os Ativos e os Passivos Reconhecidos no Balanço Patrimonial

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(4.103.802)	(4.036.741)	(14.000)	(13.691)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	3.679.848	3.656.979	46.531	34.365
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(423.954)	(379.762)	32.531	20.674
4. Efeito do Teto do Ativo no Final do Período	-	-	(32.531)	(20.674)
5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Período (Nota 16.i)	(423.954)	(379.762)	-	-

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.06.2018	30.06.2017
	30.06.2018	30.06.2017		
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(1.312.221)	(1.241.671)	(135.719)	(123.417)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	119.430	121.526	-	-
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(1.192.791)	(1.120.145)	(135.719)	(123.417)
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Período (Nota 16.i)	(1.192.791)	(1.120.145)	(135.719)	(123.417)

g) Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(4.162)	(4.019)	436	653
1.1. Custo do Serviço	(4.281)	(4.237)	(232)	(94)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	119	218	668	747
2. Juros Líquidos	(17.888)	(17.292)	-	-
2.1. Custo dos Juros	(195.495)	(198.683)	(1.017)	(637)
2.2. Receita de Juros	177.607	181.391	2.205	1.658
2.3. Juros sobre o Efeito do Teto	-	-	(1.188)	(1.021)
3. Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício (item 1 + item 2)	(22.050)	(21.311)	436⁽¹⁾	653⁽¹⁾

⁽¹⁾ Esse valor foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

Especificação	Camed Plano Natural	Seguro de Vida
---------------	---------------------	----------------

Notas Explicativas

	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(8.902)	(3.835)	875	1.289
1.1. Custo do Serviço	(9.231)	(4.169)	(607)	(536)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	329	334	1.482	1.825
2. Juros Líquidos	(64.112)	(42.135)	(6.380)	(6.099)
2.1. Custo dos Juros	(69.884)	(47.701)	(6.380)	(6.099)
2.2. Receita de Juros	5.772	5.566	-	-
3. Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício (item 1 + item 2) ⁽¹⁾	(73.014)	(45.970)	(5.505)	(4.810)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco, plano Natural: 01.01. a 30.06.2018: R\$ 21; 01.01. a 30.06.2017: R\$ 23; e Seguro de Vida: 01.01. a 30.06.2018: R\$ 4; 01.01. a 30.06.2017: R\$ 3.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017
1. Contribuições (Parte CD) ⁽¹⁾	(25.638)	(25.076)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: 01.01 a 30.06.2018 R\$ 127; e 01.01 a 30.06.2017 R\$ 124; e projeção de contribuição: 01.01 a 30.06.2018 R\$ 42.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017
1. Despesas Administrativas	(3.247)	(3.089)

h) Valores do Período Reconhecidos no Patrimônio Líquido

Os ganhos atuariais decorrentes de premissas financeiras, em 30.06.2018, dizem respeito às elevações nas taxas reais de desconto em relação a 31.12.2017, que passaram de 5,38% (31.12.2017) para 5,85% (30.06.2018) no plano BD, de 5,43% (31.12.2017) para 5,98% (30.06.2018) no plano CV I, de 5,38% (31.12.2017) para 5,98% (30.06.2018) no plano Natural, e de 5,42% (31.12.2017) para 5,98% (30.06.2018) no Seguro de Vida em Grupo.

Os ganhos por ajustes de experiência relativos ao plano Natural decorrem da redução da taxa de despesa administrativa e da taxa de inflação médica líquida de *aging factor*. Já as perdas por ajustes de experiência relativas ao plano BD são decorrentes do aumento do número de assistidos, bem como do aumento no valor dos benefícios médios. Já no Seguro de Vida em Grupo a perda foi causada pelo aumento no valor das indenizações.

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017
1. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos ⁽¹⁾	(107.378)	98.576	(1.612)	2.081
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação	79.092	(129.431)	9.032	(1.101)
2.1. Ajustes de Experiência	(101.721)	(14.559)	8.548	(911)
2.2. Alterações de Premissas Financeiras	180.813	(114.872)	484	(190)
3. Efeito do teto do ativo	-	-	(8.521)	(2.378)
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Período (item 1 + item 2 + item 3) ⁽²⁾	(28.286)	(30.855)	(1.101)	(1.398)

⁽¹⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido;

⁽²⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 30.06.2018: R\$ 257; e do plano CV I: 01.01 a 30.06.2018: R\$ 61.

Notas Explicativas

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017
	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017		
1. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos ⁽¹⁾	13.864	14.336	-	-
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação	199.582	(302.802)	2.210	(3.994)
2.1. Ajustes de Experiência	42.636	(284.949)	(10.490)	(991)
2.2. Alterações de Premissas Financeiras	156.946	(17.853)	12.700	(3.003)
3. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Período (item 1 + item 2 + item 3) ⁽²⁾	213.446	(288.466)	2.210	(3.994)

(1) Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido;

(2) Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano Natural: 01.01 a 30.06.2018: R\$ 15; e do Seguro de Vida em grupo: 01.01 a 30.06.2017: R\$ 2.

i) Conciliação de movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Período

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Início do Período	(411.216)	(363.118)	-	-
2. Contribuições do Empregador	37.598	35.522	665	745
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(22.050)	(21.311)	436	653
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio do Período	(28.286)	(30.855)	(1.101)	(1.398)
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Período (Nota 16.i)	(423.954)	(379.762)	-	-

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.06.2018	30.06.2017
	30.06.2018	30.06.2017		
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Período	(1.354.238)	(807.550)	(134.567)	(116.899)
2. Contribuições do Empregador	23.675	24.430	2.143	2.286
3. Devolução de contribuições do patrocinador	(2.660)	(2.589)	-	-
4. Valores Reconhecidos no Resultado	(73.014)	(45.970)	(5.505)	(4.810)
5. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	213.446	(288.466)	2.210	(3.994)
6. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Período (Nota 16.i)	(1.192.791)	(1.120.145)	(135.719)	(123.417)

j) Política de Investimento e Alocação dos Valores Justos dos Planos

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I, são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e têm como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,50% a.a. e do plano CV I, IPCA + 5,25% ao ano.

Para formulação da política são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando: a) taxa esperada de retorno; b) preservação de capital; c) diversificação; d) tolerância a risco; e) estabilidade; f) liquidez e g) regra de reajuste de benefícios. Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução nº 3.792, de 24.09.2009 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Notas Explicativas

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017
Renda Fixa	89,41	89,69	85,97	93,66	94,94	78,57
Renda Variável	0,62	0,19	4,70	-	4,36	20,72
Investimentos Imobiliários	7,05	7,35	-	-	0,70	0,71
Investimentos Estruturados	0,48	0,25	3,78	1,22	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Participantes	2,44	2,02	5,55	5,12	-	-
Outros	0,00	0,02	-	-	-	-
Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos						
Em instrumentos financeiros no Banco	0,29	0,19	-	-	94,94	78,57
Em propriedades/outras ativos utilizados pelo Banco	0,91	0,96	-	-	0,70	0,71

k) Premissas utilizadas

k.1) Premissas Demográficas

As premissas demográficas utilizadas no cálculo da obrigação dos planos baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capef, embasadas em estudos estatísticos, de adequação das hipóteses, elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquela entidade. À exceção é para a hipótese do tempo de adiamento da aposentadoria do participante ativo do plano BD, que foi estimado pelo percentil 50%, em relação ao efetivo tempo de adiamento da aposentadoria verificado para o conjunto dos atuais participantes ativos, que já se encontravam elegíveis para o benefício de aposentadoria programada na data da avaliação atuarial. Para o plano Natural são utilizadas as premissas demográficas do plano BD e para o Seguro de Vida em Grupo as do plano CV I, considerando as características populacionais.

Especificação	Plano BD (Capef) e Plano Natural (Camed)	
	30.06.2018	30.06.2017
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP2000 M&F Proj 2018 – Suavizada em 10%	RP2000 – Suavizada em 15% ⁽¹⁾
Inválidos	RP2000 Disable F	Winklevoss
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas – (A10)

⁽¹⁾ Tábua de mortalidade segregada por sexo, sendo 70% para o sexo masculino e 30% para o sexo feminino.

Especificação	Plano CV I (Capef)	
	30.06.2018	30.06.2017
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)	RP 2000 Proj. 2014 Unisex (70%M) (D20)
Inválidos	Experiência do IAPC (suavizada em 50%)	Experiência do IAPC (suavizada 50%)
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller (suavizada em 85%)	Álvaro Vindas (suavizada 50%)

Especificação	Seguro de Vida	
	30.06.2018	30.06.2017
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)	RP 2000 Proj. 2014 Unisex (70%M) (D20)
Inválidos	Experiência do IAPC (suavizada em 50%)	Experiência do IAPC (suavizada 50%)
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller (suavizada em 85%)	Álvaro Vindas (suavizada 50%)

k.2) Premissas Financeiras

Especificação	Capef (% a.a.)			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2018	30.06.2017	30.06.2018	30.06.2017
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,03	10,00	10,15	10,02
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	5,85	5,63	5,98	5,65
Taxa média de inflação anual	3,94	4,14	3,94	4,14
Taxa nominal de crescimento salarial ^{(1) (2)}	4,98	5,18	-	-
Taxa nominal de aumentos dos benefícios	3,94	4,14	3,94	4,14

⁽¹⁾ Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinja a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

⁽²⁾ Plano CV I: a projeção de crescimento real de salário de cada participante segue as regras do plano de cargos e salários do Banco e em hipótese de progressão da verba de adicional de função em comissão (AFC).

Notas Explicativas

Especificação	Camed (% a.a.)		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.06.2018	30.06.2017
	30.06.2018	30.06.2017		
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,15	10,00	10,15	10,02
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	5,98	5,63	5,98	5,65
Taxa média de inflação anual	3,94	4,14	3,94	4,14
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾	4,98	5,18	4,98	5,18
Taxa nominal de aumentos médio dos benefícios ⁽¹⁾	2,11 ⁽²⁾	2,72 ⁽²⁾	4,98	5,18
Taxa de evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento (<i>Aging Factor</i>)	3,66	3,05	Não se aplica	Não se aplica
Taxas de crescimento dos custos de saúde (HCCTR)	2,11 ⁽²⁾	2,72 ⁽²⁾	Não se aplica	Não se aplica

⁽¹⁾ No caso do seguro de vida, trata-se da projeção de aumento do capital segurado.

⁽²⁾ Na posição de 30.06.2018, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 9 (nove) anos. A taxa encontrada foi de 2,11%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços de 3,94% a.a., e decresce gradualmente em 6 (seis) anos, a partir de 2018, permanecendo a partir do 7º (sétimo) ano em 1% a.a.

k.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

k.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

k.5) A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *duration* dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 do Pronunciamento CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução 4.424, do CMN. Na posição de 30.06.2018, foram apuradas as seguintes *durations*: para os planos Capef BD: 9,24 anos (12,69 anos em 30.06.2017), para o plano Capef CV I: 26,49 anos (20,25 anos em 30.06.2017), para o plano Natural: 21,82 anos (12,69 anos em 30.06.2017) e para o Seguro de Vida: 18,42 anos (18,33 anos em 30.06.2017).

I) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

A análise de sensibilidade considera o acréscimo ou decréscimo de 1% de taxa de crescimento salarial, para os planos BD e Natural e o aumento ou a redução de 0,25% na taxa de juros, para os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida. O cálculo foi efetuado com base no método da unidade de crédito projetada, estimando-se o valor presente da obrigação na posição de 30.06.2018.

Capef - Plano BD	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros	
	30.06.2018	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(4.103.802)	(4.021.356)	(4.190.548)
Valor Justo dos Ativos	3.679.848	3.679.848	3.679.848
Superávit (Déficit) Técnico	(423.954)	(341.508)	(510.700)
Variações:			
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,0%)	2,1%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(19,4%)	20,5%

Notas Explicativas

Capef - Plano CV I	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros	
	30.06.2018	+0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(14.000)	(13.736)	(14.199)
Valor Justo dos Ativos	46.531	46.531	46.531
Superávit (Déficit) Técnico ⁽¹⁾	32.531	32.795	32.332
Variações:			
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(1,9%)	1,4%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		0,8%	(0,6%)

⁽¹⁾ Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo.

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros	
	30.06.2018	+ 0,25%	- 0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(1.312.221)	(1.278.394)	(1.368.212)
Valor Justo dos Ativos	119.430	119.430	119.430
Superávit (Déficit) Técnico	(1.192.791)	(1.158.964)	(1.248.782)
Variações:			
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,6%)	4,3%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(2,8%)	4,7%

Seguro de Vida	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros	
	30.06.2018	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(135.719)	(130.687)	(141.079)
Superávit (Déficit) Técnico	(135.719)	(130.687)	(141.079)
Variações:			
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(3,7%)	3,9%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(3,7%)	3,9%

m) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

m.1) Contribuições Esperadas para o 2º semestre de 2018

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD ⁽¹⁾	Plano CV I ⁽²⁾	Plano Natural	
1. Contribuições do Empregador	46.230	765	36.610	1.904
2. Contribuições de Empregados	93	763	-	1.280
3. Contribuições de Assistidos	46.137	-	14.349 ⁽³⁾	1.691

⁽¹⁾ Exceto contribuições destinadas ao custeio administrativo: 01.01 a 30.06.2018: Empregador: R\$ 4.020 e Empregados/Assistidos R\$ 4.020;

⁽²⁾ Exceto contribuições destinadas à parte CD do plano: 01.01 a 30.06.2018: Empregador: R\$ 29.467 e Empregados: R\$ 29.469;

⁽³⁾ Exceto coparticipações.

m.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capef ⁽¹⁾		Camed ⁽¹⁾⁽²⁾	Seguro de Vida ⁽¹⁾
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
Até 1 ano	376.265	7.884	82.949	15.394
De 1 ano a 2 anos	351.052	9.949	87.396	13.089
De 2 anos a 3 anos	326.866	16.336	91.890	13.622
De 3 anos a 4 anos	303.565	21.165	96.701	14.209
Acima de 4 anos	1.370.534	45.136	6.888.532	45.930
Total	2.728.282	100.470	7.247.468	102.244

⁽¹⁾ Os valores de benefícios esperados foram calculados sem descontar a valor presente.

⁽²⁾ Líquidos de coparticipação de assistidos.

Notas Explicativas

n) Estimativa de Despesas para o 2º Semestre de 2018

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(4.187)	531	(9.231)	673
2. Juros Líquidos	(17.888)	-	(64.111)	(6.380)
3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer	(22.075)	531	(73.342)	(5.707)

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

- a) O patrimônio do FNE, no montante de R\$ 78.681.595 (R\$ 71.118.490 em 30.06.2017), está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".
- b) As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 25.940.720 (R\$ 20.849.478 em 30.06.2017), registrados no título "Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" são remunerados pela taxa extramercado. No período, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 736.942 (R\$ 975.415 em 30.06.2017).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1)** nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- c.2)** para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
- c.3)** o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 147, de 05.04.2018. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leis nºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em "Provisão para Garantias Financeiras Prestadas" do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.06.2018 ⁽²⁾	Provisão em 30.06.2017
AA	12.066.029	-	-
A	13.496.038	33.891	31.568
B	6.582.529	33.238	36.759
C	2.867.310	43.707	31.663
D	868.170	43.354	75.849
E	783.514	118.234	92.168
F	695.450	174.004	180.002
G	483.730	169.774	246.100
H	5.137.646	2.576.510 ⁽¹⁾	2.576.552 ⁽¹⁾
Total	42.980.416	3.192.712	3.270.661

⁽¹⁾ Em 30.06.2018, inclui R\$ 31.467 referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades (R\$ 39.788 em 30.06.2017)

⁽²⁾ Contempla os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016 que autorizou a concessão de rebate e a repactuação de dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31.12.2011, com recursos oriundos do FNE e recursos misto do FNE com outras fontes.

- d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 656.779 (R\$ 639.788 em 30.06.2017).
- e) No período, a taxa de administração foi de R\$ 704.541 (R\$ 751.099 em 30.06.2017), calculada à base de 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido e apropriada mensalmente.
- f) A MP nº 812, convertida na Lei nº 13.682, de 19.06.2018, determinou as seguintes alterações, com vigência a partir de 2018:

Notas Explicativas

- i) redução anual da taxa de administração à base de 0,3%, passando de 3% em 2018 para 1,5% a partir de 2023;
- ii) a base de cálculo é o Patrimônio Líquido do FNE, deduzido do saldo das disponibilidades de que trata o Artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995, dos valores repassados ao Banco do Nordeste com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf de que tratam o Artigo 6º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e o regulamento (MCR-10) do Programa (grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem 98, Semiárido-Seca-2012 e Secca-2012/Custeio);
- iii) o Banco fará jus ao percentual de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o Art. 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995;
- iv) o montante a ser recebido pelo Banco em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo FNE ou com risco compartilhado entre o Banco e o Fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário; e
- v) a taxa de administração somada à remuneração sobre as disponibilidades ficam limitadas, em cada mês, a 20% (vinte por cento) do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea c do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal, realizadas pela União.

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	30.06.2018	30.06.2017
Proger-Urbano Investimento	017/2006	789	1.681
FAT - Infraestrutura	018/2006	132.870	161.144
Protrabalho Investimento	004/2007	108.599	169.463
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	001/2010	72.598	89.550
Total		314.856	421.838

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 134.117 (R\$ 219.207 em 30.06.2017) têm custo de captação com base na Taxa Média Selic (TMS) enquanto não aplicadas em operações de crédito. Com relação aos recursos liberados a remuneração é calculada com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para as operações contratadas até 31 de dezembro de 2017 e na Taxa de Longo Prazo (TLP) para os recursos relativos às operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2018, após a liberação para os mutuários finais e durante o período de vigência dos financiamentos. Os recursos disponíveis, remunerados com base na Taxa Média Selic, totalizam R\$ 32.837 (R\$ 30.470 em 30.06.2017).

As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nº 439/2005, 489/2006 e 801/2017, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT (TADE), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2018		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ou TLP ⁽⁴⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	2.924	72	390	10.169	10.559
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	38.599	1.240	22.624	3.260	25.884
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	35.879	738	2.014	24.218	26.232
PNMPO	01/2010	RA	19.447	465	7.810	63.632	71.442
Total (Nota 13.b e Nota 29.a.1)			96.849	2.515	32.838	101.279	134.117

Notas Explicativas

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2017		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	5.511	225	1.225	11.486	12.711
FAT – Infraestrutura ⁽⁵⁾	18/2006	RA	48.340	2.675	19.606	41.961	61.567
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	15.725	117	6.575	52.552	59.127
PNMPO	01/2010	RA	23.256	582	3.064	82.738	85.802
Total (Nota 13.b e Nota 29.a.1)			92.832	3.599	30.470	188.737	219.207

⁽¹⁾ TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

⁽²⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo total);

⁽³⁾ Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS);

⁽⁴⁾ Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para operações contratadas até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para operações contratadas a partir de 01.01.2018.

⁽⁵⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28– Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez. O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que gerencia, em nível corporativo, os riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Bacen, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2018 a 2020, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 04.12.2017. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

Notas Explicativas

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos

Especificação	Exposição	
	30.06.2018	30.06.2017
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	33.766.444	32.198.462
Público	1.207.700	1.377.784
Privado	32.558.744	30.820.678
Comércio	3.728.873	3.910.336
Comércio Exterior	902.477	408.382
Habitação	-	242
Indústria	7.396.029	8.738.028
Infraestrutura	5.753.220	3.114.938
Microfinança Urbana	3.039.502	2.717.271
Pessoas Físicas	136.600	124.687
Rural	7.228.598	7.125.896
Outros Serviços	4.373.445	4.680.898
Operações de Mercado	45.277.371	36.837.204
Títulos Públicos Federais	43.002.383	33.828.546
Operações Compromissadas	14.944.946	12.062.125
Outras	28.057.437	21.766.421
Depósitos Interfinanceiros	164.644	156.636
Outros Títulos e Valores Mobiliários	857.325	1.751.222
Outras Operações	1.253.019	1.100.800
Demais Ativos	5.293.663	5.126.928
Total	84.337.478	74.162.594

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, monitorar, avaliar, controlar e mitigar o risco, de forma a manter a exposição ao risco de crédito em conformidade com os parâmetros definidos na Declaração de Apetite por Riscos - RAS. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, metodologia para segregação do ativo de crédito em problemático e não problemático, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de cálculo de despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 3.526.882 (R\$ 4.733.017 em 30.06.2017). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 5.512.552 (R\$ 6.025.135 em 30.06.2017).

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

Notas Explicativas

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		30.06.2018 (%)	30.06.2017 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	1.129,98	718,29
	Média dos últimos 12 meses	856,85	568,50
	Máximo dos últimos 12 meses	1.460,41	726,50
	Mínimo dos últimos 12 meses	609,03	444,62

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- Mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de Negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência Carteira Bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	11.901.085	11.887.300	(13.785)	11.873.738	(27.347)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(94.935)	(98.285)	(3.350)	(101.889)	(6.954)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	(3.232)	(3.236)	(4)	(3.239)	(7)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	94.283	86.657	(7.626)	79.828	(14.455)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(612.910)	(694.291)	(81.381)	(733.187)	(120.277)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	380.661	379.055	(1.606)	377.471	(3.190)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(2.172.063)	(2.197.334)	(25.271)	(2.216.160)	(44.097)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	2.720.127	2.663.670	(56.457)	2.620.064	(100.063)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3 S.A. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Derivativos para Hedge</i>	Aumento da taxa referencial B3 S.A DI x Dólar	Swap Dólar x DI	1.167.719	1.175.883	1.184.164
		Passivo em ME	(1.180.912)	(1.189.150)	(1.197.504)
		Exposição Líquida	(13.193)	(13.267)	(13.340)

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na análise de sensibilidade das operações de *hedge* consistiu na mensuração de variações da exposição líquida marcada a mercado entre as operações passivas indexadas ao dólar e as pontas ativas em dólar das operações de *swap*. A exposição líquida foi calculada para três cenários, permitindo a comparação entre eles. O cenário 1 utiliza as taxas de mercado, representando a situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as taxas divulgadas pela B3. Os cenários 2 e 3 são obtidos aplicando-se choques no cupom cambial utilizado no cenário 1, conforme descrição a seguir:

Cenário 1 – aplicação de 100% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 2 – aplicação de 125% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 3 – aplicação de 150% da taxa de swap DI x Dólar.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, ou sistemas, incluindo o risco legal.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

Notas Explicativas

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA)* –, que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 61.384 (R\$ 103.992 em 30.06.2017 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	30.06.2018	30.06.2017	Especificação	30.06.2018	30.06.2017
Disponibilidades	6.458	36.905	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	47.838	62.125	Relações Interdependências	4.648	21.271
Operações de Crédito	641.003	679.338	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	71.593	72.661
Outros Créditos	1.051.119	420.126	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	1.825.926	1.725.674
			Outras Obrigações	1.070.851	502.205
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.746.418	1.198.494	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	2.973.018	2.321.811
Operações de Swap	1.165.216	1.019.325			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	2.911.634	2.217.819	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	2.973.018	2.321.811

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 30.06.2018, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 14,78% (14,28% em 30.06.2017) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 10,27% (9,97% em 30.06.2017). O PR apurado foi de R\$ 6.550.991 (R\$ 5.958.135 em 30.06.2017), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 4.289.280 (R\$ 3.861.357 em 30.06.2017), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 41.766.401 (R\$ 38.731.141 em 30.06.2017).

Notas Explicativas

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
Patrimônio de Referência (PR)	6.550.991	5.958.135
. Nível I	4.289.280	3.861.357
. Capital Principal	4.289.280	3.861.357
. Nível II	2.261.711	2.096.778
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	41.766.401	38.731.141
. Parcela RWACPAD	32.157.644	30.167.509
. Parcela RWACAM	244.225	444.809
. Parcela RWAJUR	157.866	101.103
. Parcela RWACOM	5.217	5.621
. Parcela RWAOPAD	9.201.449	8.012.099
Valor do RBAN	2.551.947	2.995.685
Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 8,625%])¹	2.948.639	2.375.505
Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ([RWA + RBAN] * 8,625%)}⁽¹⁾	2.728.534	2.098.404
Margem sobre o PR Nível I Requerido (PR Nível I - RWA * 6%)	1.783.296	1.537.489
Margem sobre o Capital Principal Requerido (Capital Principal - RWA * 4,5%)	2.409.792	2.118.456
Adicional de Capital Requerido-ACP (RWA * 1,875%)⁽²⁾	783.120	484.139
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido (menor entre as margens - ACP Requerido)	1.000.176	1.053.350
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	10,27%	9,97%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	10,27%	9,97%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 8,625%) ⁽¹⁾	15,68%	15,38%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	14,78%	14,28%

⁽¹⁾ em junho/2017 era 9,25%.

⁽²⁾ em junho/2017 era 1,25%.

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	6.550.991	5.958.135
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	4.289.280	3.861.357
Capital Principal	4.289.280	3.861.357
Capital Social	2.844.000	2.844.000
Reservas de Lucros	1.856.561	1.379.691
Reservas de Capital e de Reavaliação	11.592	12.829
Ganhos ou Perdas Não Realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	(939.768)	(947.998)
Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal	1.000.000	1.000.000
Ajustes Prudenciais	(483.105)	(427.165)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(19.947)	(9.525)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(460.137)	(401.451)
Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes da Res. CMN nº 4.277	(3.021)	(16.189)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.261.711	2.096.778
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.282.604	2.118.431
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(20.893)	(21.653)

Os contratos de Dívida Subordinada firmados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização.

O Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, contratado com a União Federal, compõe o Patrimônio de Referência (PR) Nível I, na condição de Capital Principal do Banco, conforme autorização do Bacen.

Notas Explicativas

iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. A Razão de Alavancagem do Banco está demonstrada no quadro abaixo:

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
PR Nível I	4.289.280	3.861.357
Exposição Total	82.752.497	72.295.672
Razão de Alavancagem (%)	5,18	5,34

iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	6.550.991	5.958.135
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	3.275.496	2.979.068
Situação	151.738	195.361
Margem	3.123.758	2.783.707
Índice de imobilização	2,32%	3,28%

NOTA 29 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

A política de transações com partes relacionadas do Banco foi aprovada pelo Conselho de Administração em 28.02.2018 e divulgada ao mercado. Dentre outras, a política dispõe que na realização de transações com partes relacionadas sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses.

No semestre, o Banco realizou transações bancárias com as partes relacionadas, tais como, depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações financeiras e operações de crédito.

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	-	560.592
Total	-	560.692

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 27)	134.117	219.207
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.b)	1.252.853	1.607.310
Tesouro Nacional	468	447
BNDES	1.178.135	1.503.240
Finame	74.250	103.623
Outras Obrigações	30.054.343	24.826.382
FNE (Nota 16.f)	25.950.367	20.858.342
FDNE	714.846	744.334
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	106.526	105.275
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 16.g e Nota 17)	1.000.000	1.000.000
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h e Nota 18)	2.282.604	2.118.431
Total	31.441.313	26.652.899

Notas Explicativas

a.2) Apresentam-se a seguir, as principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários do Banco, Capef e Camed:

Especificação	30.06.2018	30.06.2017
Passivos		
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD (Notas 16.i e 25.i)	423.954	379.762
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Notas 16.i e 25.i)	1.192.791	1.120.145
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida (Notas 16.i e 25.i)	135.719	123.417
Total	1.752.464	1.623.324

a.3) As principais receitas e despesas com partes relacionadas estão relacionadas abaixo:

Especificação	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal	-	32.373
Depósitos a Prazo - FAT	(55.255)	(37.337)
Tesouro Nacional	(18)	-
BNDES	(65.247)	(55.374)
Finame	(2.099)	(1.498)
FMM	(11.875)	(5.287)
FNE	165.031	(44.038)
FDNE	12.547	14.469
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(61.451)	(45.234)
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(77.137)	(79.946)
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD	(25.298)	(24.400)
Benefícios Pós-Emprego – CV I	(25.033)	(24.299)
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural	(72.993)	(45.947)
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida	(5.501)	(4.807)

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017
Honorários	2.337	1.927
Diretoria	2.015	1.655
Conselho de Administração	170	152
Conselho Fiscal	152	120
Outros	806	1.101
Remuneração Variável (RVA)⁽¹⁾	862	739
Total dos Benefícios de Curto Prazo	4.005	3.767
Benefícios Pós-Emprego	139	105
Total	4.144	3.872

⁽¹⁾ 50% da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro, para a provisão e para o pagamento em dinheiro, o preço de cotação das ações do Banco na B3. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem nos semestres, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921, de 25.11.2010.

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Planos de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

O Banco não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração, conforme normas vigentes.

Notas Explicativas

NOTA 30 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017
Lucro Líquido	231.818	298.041
Outros Resultados Abrangentes	59.167	(292.390)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(105.968)	49.604
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	38.087	(18.946)
Realização da Reserva de Reavaliação	322	2.955
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(145)	(1.293)
Ganhos ou Perdas Atuariais	186.480	(324.710)
Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	(59.609)	-
Resultado Abrangente	290.985	5.651

Nota 31 – Outras Informações

a) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

b) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 10 de agosto de 2018.

Fortaleza (CE), 10 de agosto de 2018

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do Auditor Independente sobre a Revisão das Informações

Trimestrais - ITR

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos

Informações de intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado - DVA, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de agosto de 2018.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen

Contador CRC- 1SP184050/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2018, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do semestre e no Relatório dos Auditores Independentes – ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A..

Fortaleza (CE), 10 de agosto de 2018

CONSELHO FISCAL: Frederico Schettini Batista (Presidente) – Carlos Henrique Soares Nuto – Igor Montezuma Sales Farias – José Mário Valle – Maria Teresa Pereira Lima

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

1 - Introdução

O Comitê de Auditoria é um órgão colegiado estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração regulamentado pela Lei 13.303/2016, Decreto 8945/2016 e CMN 3198/2004 do Conselho Monetário Nacional. O Regimento Interno e o endereço eletrônico do Comitê de Auditoria do BNB estão disponíveis na internet em www.bnb.gov.br, na área "Institucional - Sobre o Banco - Relação com os Acionistas".

Compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras, a independência e a qualidade dos trabalhos dos auditores externos e da Auditoria interna e a qualidade e a efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos.

Os administradores do Banco do Nordeste do Brasil são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os

riscos, manter sistemas de controles internos efetivos e zelar pela

conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

Em conformidade com as normas aplicáveis, compete à Auditoria Externa

avaliar a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e emitir opinião, sustentada em procedimentos e padrões estabelecidos em normas

que regem o exercício da profissão, sobre as Demonstrações Financeiras.

Compete à Auditoria Interna monitorar, avaliar e aferir, de forma independente, a qualidade do sistema de controles internos e da gestão de riscos do Banco, assim como certificar o atendimento aos requerimentos legais aplicáveis.

2 – Atividades

Em cumprimento às suas atribuições e competências, o Comitê realizou

reuniões mensais com o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, além de diversas reuniões regulares com a Diretoria Executiva e principais

Executivos e gestores das principais áreas do Banco. Nessas ocasiões, foram abordados os principais assuntos relacionados a cada área, incluindo, dentre outros, assuntos relacionados a controle interno, aspectos contábeis, carteira de crédito, provisões, gestão de riscos, resultado atuarial, transações com partes relacionadas, ética, recomendações da auditoria interna e órgãos externos de fiscalização, tendo sido, quando aplicável, feitas recomendações de aprimoramento. Foram também realizadas reuniões periódicas com as Auditorias Interna e Externa, quando foram abordados, dentre outros, os respectivos planejamentos e resultados dos principais trabalhos realizados.

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas competências, o Comitê de Auditoria concluiu que:

a) O sistema de controles internos do Banco do Nordeste do Brasil

mantém-se, de forma geral, capaz de identificar fatores adversos e é adequado ao porte e complexidade dos negócios do Banco. Diversas medidas aprovadas e implementadas já tiveram efeito no período, enquanto que outras ainda demandarão tempo adicional e monitoramento permanente para atingir os resultados propostos;

A administração do Banco vem atuando na revisão do modelo de atendimento das demandas envolvendo Tecnologia da Informação, tendo em vista os potenciais impactos nas operações e resultados do Banco, como a necessidade de cumprimento tempestivo às recomendações;

Manifesta-se a necessidade de uma avaliação sobre o escopo e a atuação da segunda camada de defesa, no que se refere às ações de controle interno, com vistas a se alcançar efetiva coordenação corporativa do acompanhamento do sistema de controles internos como um todo, inclusive das ações de melhoria já identificadas internamente e por órgãos de fiscalização e controle.

Também se apresenta a necessidade de maior aprimoramento do ciclo "inventário de processos – identificação de processos críticos – identificação de riscos – estabelecimento de pontos de controle".

Nota-se evolução na construção de uma efetiva cultura de controles e integridade, com avanços na política de conseqüências;

b) A Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade, qualidade e efetividade. Seu desempenho vem mostrando melhorias, ao tempo em que medidas adicionais vêm sendo implementadas, principalmente, entre outras, relacionadas à otimização

e padronização de processos, metodologias e sistemas que certamente contribuirão para o aprimoramento da qualidade dos trabalhos e fortalecimento dos controles internos. Está em seu escopo de atenção a adequação às determinações decorrentes dos novos requerimentos legais e regulamentares, destacando-se a Resolução CMN 4588/2017, a Lei 13.303/2016 e o Decreto 8.945/2016;

c) Não foram identificados fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação, objetividade e independência da Ernst & Young Auditores Independentes S/S;

d) A elaboração das Demonstrações Financeiras ocorreu em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de

Valores Mobiliários e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco.

Fortaleza (CE), 10 de agosto de 2018.

COMITÊ DE AUDITORIA: Manoel das Neves (Presidente) – Carlos Donizeti Macedo Maia (Membro Titular) – Cleber Santiago (Membro Titular)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso VI, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das Demonstrações Financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. levantadas em 30 de junho de 2018.

Fortaleza, 26 de julho de 2018

DIRETORIA: Romildo Carneiro Rolim (Presidente) – Aloisio Barbosa de Carvalho Neto

(Diretor Financeiro e de Crédito) – Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios)

– Cláudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração) – Nicola Moreira Miccione

(Diretor de Controle e Risco) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso V, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Relatório, exarado em 10 de agosto de 2018, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. levantadas em 30 de junho de 2018.

Fortaleza, 10 de agosto de 2018

DIRETORIA: Romildo Carneiro Rolim (Presidente) – Aloisio Barbosa de Carvalho Neto

(Diretor Financeiro e de Crédito) – Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios)

– Cláudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração) – Nicola Moreira Miccione

(Diretor de Controle e Risco) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento)